



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

17/05/2016 - 15ª - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Bom dia, senhoras e senhores.

Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de maio de 2016.

Como tem sido praxe da nossa Comissão, enquanto nós aguardamos quórum, vamos transmitindo informações que dizem respeito à nossa Comissão.

A primeira informação que quero prestar, cumprimentando também os telespectadores - até as 10h da manhã temos audiência pela TV Senado para todo o Brasil -, é que, em razão de uma certa polêmica criada com a indicação ou com a anexação do Ministério da Ciência e Tecnologia com o Ministério das Comunicações neste novo Governo, estamos propondo, e daqui a pouco vamos submeter à apreciação do colegiado da Comissão, o requerimento para convidar o Exmo Sr. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para realização de debate em torno do tema: "Balanço e prioridades para a nova gestão da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" em data oportuna a ser posteriormente agendada. Nós, depois, faremos contato com a assessoria e vamos deixar que o Ministro escolha a data mais breve possível para que possamos aqui tirar as dúvidas, principalmente por uma certa irresignação já percebida na nobre classe de cientistas que estão preocupados com o Ministério da Ciência e Tecnologia, que sofreu notório desinteresse, descaso no governo anterior.

Estão todos preocupados, nós também. Inclusive, propusemos como audiência pública para esta Comissão, neste ano, investigar a destinação dos fundos setoriais.

Então, queremos ouvir aqui o Ministro, na esperança de que ele traga boas notícias, boas propostas para uma reativação da área de investigação científica e tecnológica, uma área tão carente no Brasil.

Esta é a primeira informação que eu queria transmitir: vamos requerer, vamos convidar o Ministro Gilberto Kassab para vir a nossa Comissão tão logo seja possível.

Dito isso, ainda a respeito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, quero lembrar aqui algumas notas e providências que a nossa Comissão já tomou. Como sabem, a Comissão está examinando o desempenho, principalmente destinação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

Nas reuniões que realizamos até agora e nos estudos preliminares realizados, observamos que a gestão desses fundos nos últimos anos deixa muito a desejar. No dia 26 de abril, como lembram aqueles que acompanham os nossos trabalhos, em audiência pública, a Drª Fernanda De Negri, Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e o Sr. Alexandre Giovanini Fuscaldi, titular da 1ª Diretoria da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União, SecexDesenvolvimento/TCU. Eles trouxeram aqui informações valiosas, que nós anotamos, e que fundamentam as nossas preocupações.

O texto integral das palestras e as imagens estão na página da Comissão no portal do Senado Federal.

Hoje, então, destacamos alguns pontos, à guisa de ênfase, de curiosidade, da apresentação da Dr^a Fernanda. Muitos dos dados que ela apresentou são aproximações, isso porque, como nos explicou aqui, é grave - palavra usada pela Dr^a Fernanda De Negri - a situação da informação sobre os recursos de ciência e tecnologia. Não há transparência e falta pessoal capacitado para produzir e gerir indicadores.

Apesar dessa dificuldade que até mesmo instituições como o Ipea e o TCU enfrentam para acompanhar os programas governamentais na área, a Dr^a Fernanda De Negri nos mostrou um panorama do FNDCT e dos recursos aplicados na área de ciência, tecnologia e inovação.

Os recursos repassados ao fundo têm crescido sistematicamente. De um orçamento de quase R\$200 milhões, em 2000, o fundo chegou, em 2012, a aproximadamente R\$3 bilhões, sendo o maior orçamento em 2010, com R\$3,111 bilhões. Portanto, há muito dinheiro arrecadado por esse fundo. Mas aonde vai?

Temos que observar um aspecto importante desses números. Os 14 fundos setoriais criados para dar uma receita equilibrada e constante ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico geram uma receita que não é repassada ao fundo. Por exemplo, entre 2011 e 2015, os fundos setoriais arrecadaram R\$21 bilhões. Vou repetir este dado: entre 2011 e 2015, em quatro anos, até o ano passado, os fundos setoriais arrecadaram R\$21,535 bilhões e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico somente gastou R\$2,856 bilhões.

Só foram gastos 13% do que foi arrecadado; o restante, 87% foi desviado para fazer o caixa geral do governo. Essa situação está presente em todo o período dos fundos setoriais há pelo menos 16 anos. Portanto, não foi só no governo Dilma e extensivo ao governo Lula; vai mais longe, 16 anos.

De qualquer forma, as entidades ligadas à área de ciência e tecnologia, universidades e centros de pesquisa acabam comemorando pelo menos esse mínimo que recebem. A Dr^a Fernanda, que esteve aqui, nos alertou que, ao passo em que cresceu o orçamento do fundo, chegando ao nível de aproximadamente R\$3 bilhões no mesmo período, o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação foi diminuindo. O Ministério representava 2,8% do Orçamento Geral da União em 2001 e passou a representar 2% em 2013, isso porque absorveu todo o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a parte não contingenciada em seu orçamento.

Destacou ainda a Dr^a Fernanda que, se tirarmos os recursos do fundo dessa conta, o orçamento do Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação passou de 2,4% em 2001 para 1,3% em 2013 - uma queda muito acentuada. Isso significa que o Governo Federal acabou utilizando os recursos do fundo para suprir o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação de recursos, inclusive para cobrir os seus gastos correntes. O fundo passou a ser um tapa-buraco. Recursos têm sido utilizados fora da destinação legal do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Estou repetindo isso e vamos repetir seguidamente, principalmente, ouvirmos aqui o novo Ministro.

É bom repetir que o orçamento do fundo cresceu de 200 milhões - já falamos a pouco, vamos de novo: o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico cresceu de R\$200 milhões no ano 2000 para quase R\$3 bilhões em 2012, mas, no mesmo período, o orçamento geral do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação decresceu. O governo acabou tapando o buraco da diminuição do orçamento do ministério com recursos do fundo. Um dos objetivos principais dos fundos setoriais que nutrem o FNDCT é a integração universidade com empresa privada, o que acontece em todos os países desenvolvidos: essa união universidade-empresa privada e o acompanhamento da gestão pública, como também criar mecanismos financeiros sólidos para garantir políticas de incentivo ao investimento privado em ciência, tecnologia e inovação.

A Dr^a Fernanda nos contou ainda que, em estudo realizado pelo Ipea, se descobriu que empresas que são apoiadas com recursos do fundo acabam investindo em pesquisa e desenvolvimento 27% mais do que empresas que não receberam esse apoio. Portanto, esses fundos ajudam muito. Ou seja, o fundo, se bem aplicado, produz os efeitos legais e desejáveis de indução em processos e produtos inovadores por parte das empresas.

Contudo, a avaliação feita pelo Ipea sobre a aplicação dos recursos empresas privadas descobriu que os editais da Finep e do BNDES são vagos e não têm objetivos claramente definidos. Contudo, a avaliação feita pelo Ipea sobre a aplicação dos recursos em empresas privadas descobriu que os editais da FINEP e do BNDES são vagos e não têm objetivos claramente definidos. Falta uma política estratégica dos governos. Não se sabe aonde quer chegar e não há prioridades, tampouco há métodos claros para se debater prioridades, ao contrário dos países desenvolvidos.

E é isso que queremos ouvir do novo Ministro Kassab, quando ele vier aqui. O convite está sendo posto em aprovação na reunião de hoje. Queremos saber quais as prioridades e a verba. Afinal, vai se devolver a verba quem merece?

Em nossas próximas audiências públicas, assim como nas visitas que pretendemos promover em alguns parques tecnológicos, vamos aprofundar essas questões, e isso certamente vai nos ajudar a elaborar um relatório que traga sugestões claras e factíveis para a política de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Em reunião com a minha equipe, na quinta-feira passada, decidimos fazer isto: recapitular o que foi dito aqui pelo Ipea e pelo TCU com relação a essa que é nossa preocupação e proposta central neste ano, ou seja, a questão da política pública que pretendemos avaliar com relação à ciência e tecnologia.

Mais algumas informações de hoje:

DataSenado quer ouvir brasileiros sobre a limitação de internet e o bloqueio de aplicativos de comunicação

O DataSenado, Instituto de pesquisa do Senado Federal, está promovendo enquete *on-line* sobre questões relacionadas à internet, como a limitação do consumo de dados e bloqueios de aplicativos de comunicação, por decisões judiciais.

Vinculado à Secretaria de Transparência, o DataSenado realiza enquetes e pesquisas, que retratam a opinião pública sobre temas sociais e políticos debatidos no país, sobre projetos de lei e sobre atuação do Congresso e dos parlamentares.

A enquete com questões relativas ao uso da internet ficará disponível até o dia 15 de junho, no site do DataSenado: www.senado.leg.br/datasenado. É um tema que também foi motivo de uma audiência pública, ou seja, a limitação da internet e o bloqueio de aplicativos.

Especialistas discutem o futuro do setor elétrico com as redes inteligentes

Redes inteligentes, dotadas de recursos de Tecnologia da Informação, podem melhorar a eficiência do consumo, da distribuição e da transmissão de energia elétrica. Sistemas inovadores ampliam os benefícios para os consumidores, como a programação remota de eletrodomésticos e acompanhamento da conta. Para discutir as chamadas *smart grids*, especialistas do Brasil e do exterior vão se reunir no Seminário Internacional de Regulação em Smart Grids, o ISGReS 2016, promovido pelos ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), das Relações Exteriores e do Planejamento, amanhã, a quarta (18) e quinta-feira (19), em Brasília.

A iniciativa faz parte do projeto Diálogos Setoriais entre Brasil e União Europeia e busca disseminar as melhores práticas para a regulação das redes elétricas inteligentes.

Do evento, devem sair contribuições para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o setor elétrico.

O seminário também será importante para apoiar o desenvolvimento de produtos tecnológicos voltados para o mercado de redes elétricas inteligentes fabricadas no Brasil.

Outra informação: "Tecnologia desenvolvida no CTI Renato Archer recupera bico de aves".

Com o apoio computacional do Centro de Tecnologia e Informação Renato Archer (CTI), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicação, uma equipe multidisciplinar está usando impressão 3D para recuperar cascos de jabuti e bicos de aves.

A união de esforços entre veterinários, dentistas, biólogos, especialistas da área de computação e artistas tem permitido a recuperação de animais por todo o Brasil, como no caso da arara Gigi. A ave, encontrada na Ilha Comprida, em São Paulo, apresentava deformidade no bico, não conseguindo se alimentar. Com a ajuda dos voluntários e da tecnologia, o animal recebeu um bico de titânio, feito por meio de impressão 3D.

Para construir o bico da arara, a equipe contou com recursos de computação, uma impressora 3D e um *software* livre desenvolvido pelo CTI Renato Archer. Foi o primeiro bico de metal colocado não apenas em uma arara, mas numa ave em nível mundial.

Comunicação científica.

O Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), em conjunto com o Conselho Britânico, abriu duas chamadas públicas para financiar cursos para pesquisadores do Brasil e do Reino Unido em diferentes áreas do conhecimento. Os editais vão apoiar a realização de *workshops* para o desenvolvimento de habilidades em comunicação científica e pesquisa. Os interessados têm até o dia 27 de junho para fazer a inscrição.

No primeiro edital, o Conselho Britânico financiará a realização de *workshops*, e as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) oferecerão contrapartida no valor de R\$12,5 mil por curso. Já na segunda chamada pública, cada *workshop* terá apoio do Fundo Newton, no valor de até £42 mil, com contrapartida financeira determinada pela FAP do seu Estado.

Outra informação: "Projeto da Defesa mapeia o chamado vazio cartográfico da Amazônia".

Até 2008, uma área de 1,8 milhões km² da Amazônia brasileira não contava com informações cartográficas terrestres; mas, por meio de um projeto em andamento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, o Censipam, do Ministério da Defesa, 72% desse chamado "vazio cartográfico" já foi mapeado.

Antes desse trabalho, outro projeto, o Radambrasil, fez, na década de 70, um levantamento de parte da Amazônia; porém, em escala menor e sem tecnologia adequada.

O "vazio cartográfico" corresponde a 35% do território amazônico e abrange áreas de florestas e de fronteira nos Estados do Amapá, Amazonas, Acre, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Roraima.

Os rios navegáveis da região estão sendo mapeados com foco na segurança do transporte de cargas e de pessoas.

O projeto recebeu um investimento de R\$ 333 milhões da União. A meta é produzir 41 cartas terrestres, náuticas e geológicas da Amazônia até 2018.

Novo programa investe em biotecnologia para criação de polo do setor no Rio. A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e a Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) lançam, nesta quinta-feira (12/5), um edital inédito em apoio ao empreendedorismo e à formação de *startups* em Saúde Humana no estado do Rio de Janeiro. O *startup* Bio distribuirá R\$ 10 milhões para pesquisadores que atuam no Rio de Janeiro e possuem trabalhos relevantes na área de saúde pública, como a criação de novas vacinas, remédios ou produtos para diagnóstico.

O edital vai selecionar propostas entre R\$500 mil e R\$1,5 milhão com forte potencial de aplicabilidade. Na proposta, os grupos deverão apresentar, entre outras coisas, um resumo dos projetos, os objetivos da pesquisa, deixando claro as metas, o método e os resultados previstos, e os impactos socioeconômicos esperados no Estado do Rio de Janeiro e no País. O programa tem duração de 18 meses e vai beneficiar aproximadamente 10 pesquisas.

O programa também prevê a criação de uma equipe de Acompanhamento e Avaliação que vai atuar ao lado dos pesquisadores, com o objetivo de orientá-los e ajudar na tarefa de transformar as pesquisas em *startups* de biotecnologia. Com a verba da Faperj será possível adquirir equipamentos, contratar mão de obra, comprar *softwares*, realizar viagens e importar material. Ao final do programa, será realizado um dia de apresentações para que o projeto seja demonstrado no mercado e obtenha financiamento privado.

Vamos continuar com as notícias enquanto esperamos quórum para decidir na nossa Comissão de hoje.

Sessenta e três por cento das empresas brasileiras não possuem programas para prevenir ameaças cibernéticas. Mais de metade das empresas brasileiras não está preparada para lidar com ameaças cibernéticas, é o que indica a nova edição do Global Information Security Survey (GISS), estudo anual da EY (Ernst & Young). A pesquisa, realizada com 1755 executivos das áreas de Segurança da Informação e TI em 67 países, indicou que 63% das organizações nacionais não possuem programas para prevenir ameaças cibernéticas, enquanto 43% não têm um programa para identificação de vulnerabilidades e 45% não dispõem de nenhum tipo de programa para detecção de brechas.

Para 36% dos entrevistados, a área de TI de suas empresas demora em média até uma hora para iniciar a investigação de um possível ciberincidente, enquanto 15% disseram que essa resposta pode levar mais de um dia.

Restrições no orçamento foram apontadas por 80% dos entrevistados como principal obstáculo para o avanço da área de segurança da informação dentro da organização.

Segundo a pesquisa, 65% dos entrevistados brasileiros afirmam que os gastos de suas empresas com segurança da informação somam menos de US\$1 milhão.

"A ciência brasileira aos trancos e barrancos", o que não é novidade. Este é o título do artigo que o renomado professor e pesquisador Rogério Cezar de Cerqueira Leite, uma autoridade no assunto, publicou na semana passada em vários veículos de comunicação. Para ele, "a história recente da ciência no Brasil é desalentadora, para dizer o menos. E o pior é que as perspectivas para o futuro não são, sob qualquer aspecto, mais animadoras. A trôpega e tardia história das instituições responsáveis pelo fomento à pesquisa no Brasil revela o pouco ou nada do valor atribuído à pesquisa pelas sucessivas administrações federais e estaduais, como também pela população". É o que nós dizemos aqui, em todas as reuniões que realizamos. E hoje temos esse endosso, qualificado, de uma autoridade que é o Prof. Rogério Cezar de Cerqueira Leite.

Empreendedorismo que inspira.

No dia 1º de junho, das 9h às 12h, a PUC-RS e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) promovem, em parceria, o encontro de empreendedorismo sob o título "Conexões que Inspiram". O evento marca o lançamento do convênio de cooperação entre as duas universidades na área de empreendedorismo e ocorrerá no prédio centenário da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Praça Argentina, em Porto Alegre. O encontro é aberto e gratuito.

Parabéns às nossas duas universidades gaúchas!

O "Conexões que Inspiram" tem o objetivo de apresentar e conectar os ecossistemas de empreendedorismo de ambas as instituições.

O "Conexões que Inspiram" também busca agregar os diferentes componentes do empreendedorismo do Rio Grande do Sul, como investidores, *startups*, aceleradoras e incubadoras.

Contra e a favor do novo Ministério. É o problema que já comentamos e que vem ocupando muitos espaços na imprensa. Contra e a favor do novo Ministério. É uma incógnita, mas vamos ao que diz a notícia.

Na semana passada, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) soltaram manifesto contrário à fusão do Ministério de Ciência e Tecnologia com Comunicações. As entidades afirmaram que - entre aspas - "é uma medida artificial que prejudicaria o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovações do País".

"Para as entidades científicas, as pastas não têm afinidades". Vamos perguntar isto aqui para o Ministro Kassab e esperamos que logo que ele possa vir aqui logo que abrir um espaço lá.

O antigo MCTI tinha uma agenda voltada ao mérito científico e tecnológico, com programas desenvolvidos e avaliados por comissões técnicas, enquanto o MiniCom adotava como critérios relações políticas e práticas distantes da vida cotidiana do MCTI. Esse é o documento, então, das duas entidades reunidas: as poderosas, tradicionais, conceituadas Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

O documento diz também que as missões dos dois Ministérios não são compatíveis e que, enquanto as atividades diárias das comunicações incluem concessões e fiscalização, as atividades do MCTI envolvem fomento a pesquisas e envolvimento de pesquisadores em redes multidisciplinares e interinstitucionais; estímulo à inovação tecnológica em empresas; além de ser responsável por duas dezenas de institutos de pesquisa. Se para entidades que representam o setor científico e movimentos em defesa da democratização das comunicações a absorção do Ministério das Comunicações pelo da Ciência, Tecnologia e Inovação é encarada como um problema, há setores que se mostraram satisfeitos com a medida.

Na Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), a medida é bem-vinda e faz parte de projeto do segmento industrial. "A redução do número de Ministérios está inserida nas ações propostas pela indústria e apresentadas ao Presidente Michel Temer pela CNI", afirma a entidade, a Abinee. A Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) vê como natural a junção das pastas.

Essa é uma questão que queremos desvendar no debate. Só no debate, só no conhecimento aprofundado, com a presença do Ministro, é que nós vamos tirar a limpo se isso vai ser bom ou vai ser ruim. Mas duas instituições muito credenciadas estão preocupadas e lamentando.

Quarenta e cinco por cento dos infartos não têm sintomas. Então, motivo para cuidados, motivo para *check-ups*. Quase metade de todos os ataques cardíacos pode ser silenciosa - quase a metade! -, sem mandar sinais prévios, como dor no peito, alerta um estudo publicado no jornal *Circulation* da Associação Americana do Coração.

O cenário tem como uma das principais consequências o risco de maior comprometimento no atendimento emergencial do paciente. "O resultado de um ataque cardíaco silencioso é tão ruim quanto o daquele reconhecido enquanto está acontecendo", diz Elsayed Soliman, principal autor do estudo e diretor da cardiologia epidemiológica do Centro Médico Wake Forest Baptist, na Carolina do Norte. E, como o paciente não sabe o que está sofrendo, pode não receber o tratamento necessário completamente.

Para chegarmos a essa conclusão, os pesquisadores analisaram dados de 9.498 adultos de meia idade, que participaram da pesquisa Riscos em Aterosclerose em Comunidades, o que analisou as causas e as consequências da condição caracterizada pelo entupimento das artérias. Os pesquisadores examinaram diferenças nos episódios de infarto entre negros e brancos, assim como em homens e mulheres. Ao longo de nove anos depois do início do estudo, 317 participantes sofreram ataques silenciosos, enquanto 386 tiveram problema, mas exibiram os sintomas clássicos. Os cientistas continuaram a acompanhar os pacientes por mais duas décadas, para rastrear as mortes por males cardiovasculares e outras doenças.

Os efeitos únicos da voz materna. Seja dando conselhos valiosos ou falando palavras de conforto, a voz materna sempre fala mais alto para os filhos. Essa forte ligação foi constatada em um novo estudo que examinou a resposta do cérebro de crianças ao chamado da mãe. Por meio de um exame de imagem por ressonância magnética, pesquisadores da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, descobriram que o timbre maternal afeta muitas outras regiões cerebrais, além daquela envolvida com os estímulos auditivos comuns. Para os cientistas, essa reação pode ser interpretada como um tipo de impressão digital das habilidades de comunicação, um fenômeno que pode revelar, ainda da infância, a predisposição de um indivíduo a desenvolver problemas de socialização e distúrbios neurológicos.

Os pesquisadores selecionaram 24 crianças, entre 7 e 12 anos e pediram às suas mães que falassem uma série de palavras inventadas. A conversa sem significado tinha o objetivo de evitar a ativação de sistemas semânticos no cérebro, revelando unicamente a resposta dos pequenos às características vocais de sua mãe. Como forma de comparação, os pequenos também ouviram o texto lido por outras duas mulheres, com as quais não tinham relação alguma. O exame revelou que o cérebro das crianças demonstrava uma resposta específica à voz materna, que envolvia várias regiões neurais. Foi possível notar que o som, além do sulco temporal superior relacionado ao reconhecimento de vozes, acionava também a amígdala, que processa sentimentos como o afeto. O efeito foi observado em 97% das vezes em que as crianças ouviam a voz materna, embora o estímulo durasse menos de um segundo. Quando as crianças ouviam as vozes de outras mulheres, no entanto, não havia a mesma reação.

Pesquisa de comunicação identifica 15,7 mil infrações em programas de rádio e tevê. Em apenas 30 dias, programas de rádio e tevê promoveram 4.500 violações de direitos.

Cometeram 15.761 infrações às leis brasileiras e multilaterais, como a Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e desrespeitaram 1.962 normas autorregulatórias, como o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Os dados são da pesquisa lançada ontem, dia 16, pela Andi Comunicação e Direitos.

Este é o terceiro volume do guia de monitoramento *Violações de direitos na mídia brasileira*, produzido pela Andi, organização não governamental criada há 23 anos e que trabalha com políticas de comunicação na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e pela inclusão e sustentabilidade.

“O resultado geral indicou um nível de violações incompatível com a democracia”, informou a coordenadora do guia, Suzana Varjão.

Segundo a ONG, o monitoramento revelou um volume de violações e infrações que evidencia o caráter não circunstancial das práticas anti-humanistas e antidemocráticas desse modelo de comunicação, além de expor padrões discursivos incompatíveis com a democracia, com ataques reiterados a suas instituições e instrumentos, discursos de ódio contra o campo de defesa dos direitos humanos e combate público aos parâmetros que regem o exercício da imprensa.

Fiocruz e Laboratórios Privados Desenvolvem Medicamento para Hepatite C.

Acordo de cooperação firmado entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o consórcio BMK, integrado pelas empresas Blanver Farmoquímica, Microbiológica Química e Farmacêutica Karin Bruning vai permitir a produção no Brasil, a preço reduzido, de um remédio para tratamento da hepatite C, o Sofosbuvir, para distribuição no Sistema Único de Saúde (SUS). Está prevista ainda a produção futura de outros medicamentos antivirais.

A informação é do vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz, Jorge Bermudez. Até o final deste ano, a Fiocruz deve pedir o registro do medicamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para, já no início de 2017, colocá-lo na rede pública de saúde.

Nanopartículas levam o medicamento direto a células tumorais e poupam as saudáveis. [Quando tanto se discute o câncer, essa é uma boa notícia.]

A quimioterapia, apesar de ser uma das principais vias de tratamento de diversos tipos de câncer, provoca fortes efeitos adversos por atacar não só as células tumorais, mas também as saudáveis. Para minimizar esse tipo de dano à saúde já debilitada do paciente, pesquisadores do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) desenvolveram uma estratégia de ataque direto às células doentes, por meio de nanopartículas que levam o medicamento em altas concentrações até elas, evitando que as demais sejam atingidas.

Por isso, os pesquisadores utilizaram nanopartículas de sílica, componente químico de diversos minerais, carregadas de um candidato a fármaco contra câncer de próstata, a curcumina, e revestidas por uma vitamina que é naturalmente atraída pelas células tumorais, o folato. Nos testes *in vitro*, as nanopartículas mataram cerca de 70% das células tumorais de próstata, enquanto que apenas 10% das células saudáveis da mesma linhagem foram atingidas.

Programa de Pesquisa para o SUS tem nova chamada. O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Fapesp, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico lançaram em nova chamada de propostas para o Programa de Pesquisas para o SUS gestão compartilhada em saúde, PPSUS. A chamada visa apoiar atividades de pesquisa mediante o aporte de recursos financeiros e projetos que promovam o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação na área da saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

A chamada contempla três grandes eixos e linhas temáticas considerados áreas prioritárias para o fortalecimento do SUS no Estado de São Paulo, nos quais os projetos de pesquisas deverão ser enquadrados, como redução da morbimortalidade por doenças e agravos prioritários no Estado de São Paulo; 2. Gestão de sistema de saúde; 3. Tecnologia e inovação no

SUS. Poderão apresentar propostas pesquisadores com título de doutor ou qualificação equivalente vinculados a instituição científica ou tecnológica, situada no Estado de São Paulo.

E a Finep lança programa para financiar inovação em Telecom. A Financiadora de Estudos e Projetos, Finep, agora sob o guarda-chuva do novo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações anunciou a abertura de programa de apoio a empresas do setor de telecomunicações. A iniciativa vai financiar a pesquisa no setor com recurso do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, o Funtel. Serão destinados R\$600 milhões em crédito e investimento direto ao longo dos próximos três anos. As pesquisas do programa poderão ser feitas em quatro linhas temáticas, comunicações óticas, comunicações digitais sem fio, redes de transporte de dados e comunicações estratégicas. Do total, 40% serão destinados para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Finep poderá financiar até 80% de uma pesquisa.

Dos R\$600 milhões, até R\$150 milhões poderão ser utilizados para operações de investimento direto. Isso significa que a Finep poderá participar diretamente nas empresas que desejem ser investidas. Também entram na iniciativa o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a Anatel e BNDES.

O programa terá quatro linhas temáticas: comunicações óticas, digitais, sem fio, transporte de dados e estratégicos. O financiamento prevê juros de TR mais 5% ao ano com carência de 48 meses e prazo total de pagamento de até 120 meses.

O cadastramento de propostas acontece, este ano até novembro, pelo *site* da Finep. Em janeiro de 2017, serão divulgadas as pesquisas aprovadas.

Ainda estamos precisando, Senador Cameli, de três Senadores para dar o quórum e iniciarmos a nossa pauta de hoje. Tem havido uma dificuldade muito grande às terças-feiras, em parte, porque muitos Senadores viajam de suas bases para Brasília, exatamente nas terças pela manhã. É o caso, por exemplo, do nosso Senador Walter Pinheiro, que sai no primeiro voo de Salvador e sempre chega aqui por volta de 9h20. Então, não chegou ainda.

V. Ex^a tem alguma informação para nos dar, Senador Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Não, Senador Lasier, é esperar que possamos retornar aos trabalhos desta Casa, porque o País hoje vive um novo momento, e nós temos uma responsabilidade muito grande: dar uma resposta à altura à população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Qual é a sua opinião, Senador Cameli, sobre a fusão Ciência e Tecnologia e Ministério das Comunicações?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - É uma aclamação muito grande, tendo em vista que a crise financeira está óbvia para todo mundo, para que o Governo Federal comece a cortar na carne. Então, sou totalmente de acordo que haja unificação nos Ministérios, porque há uma vontade popular. Você vê que, quanto mais Ministérios, maior aquela expectativa de que o Governo Federal ou quem quer que esteja na Presidência da República esteja fazendo jogo político. Você vê que sempre nós, que somos Senadores da República, estamos escutando isso por meio dos meios de comunicações, enfim.

Então, eu sou totalmente favorável à diminuição da estrutura da máquina federal e que possamos - o Senado Federal e o Congresso Nacional hoje, junto com a Câmara dos Deputados -, fazer as grandes reformas de que o nosso País precisa. É um debate longo.

Esta Casa está com uma responsabilidade muito grande, Sr. Presidente, porque você vê que estamos com um Presidente interino, em um prazo de 180 dias, e é o momento de realmente acabarmos com essa guerra política que estava havendo para que esta Casa, realmente, retorne aos trabalhos normais, que possamos votar o maior número de projetos.

Inclusive, há aqui uma audiência pública, nesta Comissão, que está pautada para hoje, para votarmos aquele debate com as empresas de telefonia junto com os demais órgãos.

Então, eu estou com a expectativa positiva, mas depende muito da união dos Partidos, da classe política, juntamente com os Poderes Executivo e Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito, quero informar a V. Ex^a, Senador Cameli, que vamos hoje votar aqui um requerimento para convidar o Ministro Gilberto Kassab para vir à nossa Comissão, para nos prestar informações sobre essa fusão: quais são as prioridades? Qual é a política com relação à destinação dos recursos que o Ministério não tem utilizado para pesquisa tecnológica e científica? Os já bilhões de reais que são arrecadados de empresas, exatamente para essas pesquisas.

Estamos aguardamos mais três Senadores para votar algumas matérias, dentre elas uma não terminativa sobre o serviço de publicidade para Administração Pública, considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação

Senador João Alberto, prazer em revê-lo em nossa Comissão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) - Chegando no final.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Para fazer perguntas?

Temos a honra de recebê-lo aqui hoje. Estamos precisando de mais dois Senadores para colocarmos ...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA. *Fora do microfone.*) - Quórum.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Estamos precisando de mais dois para o nosso quórum de hoje.

Enquanto isso...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Senador Lasier, uma pergunta.

V. Ex^a é do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Com muita honra.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - E eu admiro muito o Estado do Rio Grande do Sul porque tem muita semelhança com o meu Estado do Acre.

O Estado do Acre, no passado, foi um gaúcho...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Um gaúcho.

Foi Randon, não é?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Plácido de Castro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perdão, Plácido de Castro.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Até o Aeroporto Internacional possui o nome de Plácido de Castro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - E hoje é um Estado extremamente habitado por descendentes de gaúchos.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Gaúchos.

E é um Estado muito politizado, igual ao Estado do Rio Grande do Sul. Tem uma semelhança muito grande.

Então, eu sei que o Rio Grande do Sul, hoje, vive um momento financeiro de muitas dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Hoje a palavra no Rio Grande do Sul é dificuldade, carência de recursos.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Dificuldade, tenho acompanhando...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Inclusive com...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - A educação está enfrentando problemas lá.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Com greve. As escolas públicas estão paradas desde ontem, sem prazo determinado para voltar.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Então, quero solidarizar-me com toda a população do Rio Grande. Tenho certeza de que, o quanto antes, esse problema será resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Nós, do Rio Grande do Sul, Senador Cameli, tivemos um problema. Nos últimos 36 anos - olha que isso é tempo! - os governadores...

Senador Flexa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Nos últimos 36 anos, os governadores, sempre um passou o governo para o outro em condições piores. E, agora, estamos tendo um governador, Sartori, que está fazendo

cortes em tudo que é despesa possível. Mas isso ainda é muito pouco, porque faltam recursos. Imaginem um Estado que não consegue pagar em dia e, sim, parceladamente o salário dos seus funcionários?

Isso é doloroso.

É uma situação jamais vista, a gravidade do Estado do Rio Grande do Sul.

Mais alguma novidade do Pará, Senador?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - O Pará está a todo vapor, com a castanha que copiou lá do Acre.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Presidente, Senador Lasier, Srs. Senadores...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) - A castanha é do Brasil, e eles colocaram a castanha do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - A castanha é do Pará e foi batizada do Brasil para poder se tornar internacional.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) - Vai dizer isso lá no Acre.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Daqui a pouco, o açaí também não será mais do Pará.

Mas, Senador Lasier, V. Ex^a traz um assunto que preocupa todos nós: a situação dos Estados da Federação brasileira. E pior ainda, dos Municípios.

Eu costumo dizer que o Pará é o que está em uma situação menos pior, não é que esteja em uma situação boa, mas é a menos pior.

A gestão do Governador Simão Jatene é uma gestão competente, então, ele está conseguindo segurar, com o cabresto curto, o Estado, mantendo a folha em dia, pagando dentro do mês, mas não tem condições de fazer investimentos.

Inclusive, fez reuniões com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, com o Poder Legislativo e, depois, com o funcionalismo, e, numa entrevista coletiva, disse que não vai poder dar aumento esse ano. Não é que ele não queira dar. Vai esperar que as coisas melhorem para ver como é que se posiciona.

Eu só espero, Senador Lasier, primeiro, que todos nós brasileiros recuperemos pelo menos a esperança. Eu espero que o novo Governo consiga, com bastante trabalho, colocar o País de volta no caminho da normalidade. Agora, me preocupa, e eu vou deixar registrado isso, inclusive da tribuna do Senado, que o Governo não tem que olhar só a União. Eles estão preocupados, e têm que estar, em fazer o ajuste fiscal da União, mas eles precisam é tratar da Federação.

Então, eles têm que tratar, ao mesmo tempo em que tratam da União, do ajuste fiscal da União, eles têm que fazer o ajuste fiscal dos Estados e dos Municípios. Ou seja, fazer aquilo que nós e os governos já deveriam ter feito, que é a revisão do pacto federativo.

Isto é que nós precisamos enfrentar, ter coragem, o pacto federativo...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Concordo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - ...a reforma administrativa, a reforma da Previdência, a reforma política. Não dá para continuar da forma como nos encontramos, com 37 partidos. Então, essa formação da governabilidade não é boa para o País...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Bom, esse item em que V. Ex^a toca deve ser um alvo nosso, Senador Flexa.

Cabe a nós, do Senado, cobrar, exigir que se recomece a reforma política...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) - Que retome.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - ... porque a reforma que foi proposta na primeira metade do ano passado foi...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Foi remendo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - É, foi remendo, foi muito insignificante.

A rigor, ela se limitou a dois pontos: o fim do financiamento das empresas privadas das campanhas e a redução do período de campanha.

O que mais que teve de importante? Mais nada. E, de fato, sem diminuição de partidos, não conseguiremos acabar com esse presidencialismo de coalizão, que eu costume dizer presidencialismo de coalizão fisiológica.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Sim.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Um aparte sobre esse assunto que V. Ex^a está falando com o Senador Flexa: quero ver quando acabar essa eleição municipal... Nós somos Senadores, nós sabemos o que é uma campanha política.

Se você pegar o plano que o TSE passou para a disputa de Prefeito de Capitais, e verificar o valor máximo de gastos, quero ver, porque, lá, no meu Estado, o Estado do Acre - senhoras e senhores, eu falo aqui, muito abertamente, porque, todos são testemunhas - um litro de gasolina dentro do Município custa R\$5,00. Cinco reais um litro de gasolina! Aí, estão chamando a gente de quê? É por isso que precisamos fazer essas grandes reformas mesmo. Nós precisamos.

V. Ex^a foi muito coerente no que acabou de falar, Senador Flexa Ribeiro: não olhar só para a União e olhar para o pacto federativo, para os Municípios, para os Estados, porque a situação é totalmente complicada e, como eu disse, agora há pouco, antes de V. Ex^a chegar, precisamos fazer urgentemente as grandes reformas de que o País precisa.

Eu queria acrescentar uma informação de Plácido de Castro. O nome dele é José Plácido de Castro, ele nasceu em 9 de setembro de 1873 no Município de São Gabriel, Rio Grande do Sul, conterrâneo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - A cidade é chamada de Terra dos Marechais.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Realmente, estive em nosso Estado. Enfrentou uma guerra no Estado do Acre e é homenageado hoje. O aeroporto internacional de nossa capital, Rio Branco, tem o nome Plácido de Castro. Nada mais do que justo homenagear esse grande gaúcho que está no coração de todos acrianos até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Estamos aqui conversando enquanto aguardamos mais um Senador para podermos tratar das matérias da pauta de hoje. Quero que entre em nossa conversa também o Senador João Alberto, quem sabe, nos informando alguma coisa do seu Maranhão. Como está a situação por lá?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) - O Maranhão, como os outros Estados, tem dificuldades para todos os lados. É um Estado grande, com grande potencial. O Flexa é do Maranhão. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Está emprestado para o Pará?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) - A família toda. *(Risos.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Nós emprestamos uma parte da família para o Maranhão, para ajudar o Maranhão, com muita alegria.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Sr. Presidente, Senador Lasier, só para informar que o Senador Ivo Cassol já está a caminho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito. Ótimo. Então, vamos falar em fosfo... *(Risos.)*

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) - Onde começa nossa cidadania? No meu entender, a cidadania começa no Município, que é onde nascemos, mas temos grandes problemas com a administração municipal, por quê? Porque, no Brasil, não tem a formação em administradores municipais. Deveria todo administrador municipal ter um curso...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Curso de gestão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) - ...em gestão, o que não tem.

Fui Prefeito. Acho que deveríamos inclusive balizar o número de funcionários por Prefeitura. No meu entender, o número ideal é 2,5% da população, o máximo de funcionários da Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - É assim atualmente?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Tem que ser assim também na União e nos Estados. Teríamos que limitar o número de funcionários.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) - Sim, limitar, porque, no interior, a Prefeitura não tem dinheiro para nada, mas quantos funcionários têm? Uma prefeitura que deveria ter 2,5 mil tem 6 mil funcionários. Não tem nada para investir. Não pode nem dar contrapartida para o Governo Federal. O Governo Federal tem bons planos. Nós temos bons planos aqui: creches, unidades de saúde, etc. A Prefeitura teria que dar o terreno e uma contrapartida, mas quase nenhuma Prefeitura pode dar. Não tem dinheiro. O dinheiro acabou. Acabou onde? Contratando pessoas. Pode ser no Pará, no Maranhão. Isso acontece no Nordeste todo. Quando os Prefeitos vêm aqui, começo a conversar com eles. No interior, Lasier, em uma prefeitura pequena, uma prefeitura de 10 mil habitantes, existem quantas secretarias? Dezesesseis, dezoito...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Não pode.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) - E tem o secretário adjunto, os assessores... Eu já cheguei a vários Municípios perguntando qual é a verba que tem para esta secretaria? Nenhuma! Zero! Só tem os cargos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Foi dado o mau exemplo pela União também, nos 39, que agora são 24.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) - Que ainda são muitos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - E ainda é muito.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) - Então, nós padecemos muito.

Vejo a Marcha dos Prefeitos, converso com eles e sinto que falta uma organização nesse setor administrativo.

Agora, com as metas para o Município, com a tendência do Município - o prefeito não sabe de nada, ele não está nem aí -: carregam-se recursos, empréstimos com finalidades que são só de endividamento. Não se observa se os empréstimos que são tomados para o Municípios têm condições de retorno para avançar. Então, são construções de prédios, de estádios - e eu gosto muito de esporte -, mas estádios que não têm renda, ou ainda, a construção de uma praça bonita.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Só não têm renda como são deficitários. Nesses Estados onde foram construídos estádios para a Copa do Mundo e onde não há times de futebol da primeira divisão e onde não há espetáculo, o que custa um estádio desses, por ano, de manutenção?!

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) - É um elefante branco.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Um elefante branco.

O Senador Cameli tocou há pouco no assunto do Pacto Federativo. Há quantas décadas ouvimos falar disso e nunca sai do papel!

No ano passado, nós tivemos ali, no Salão Negro, uma imensa reunião com os 27 Governadores e os presidentes das entidades representativas de Municípios. Aconteceu a reunião e depois não se falou mais nada. E por quê? Por que sempre se protela e não se toma uma iniciativa? Por quê? A começar, a União não cede um tostão da sua arrecadação. De 66% é a média dos impostos brasileiros que vão para a União; cerca de 22%, para os Estados; 11%, 12%, para os Municípios, que são sempre sobrecarregados de atribuições.

Está chegando o Senador Ivo Cassol.

Seja bem-vindo!

Pelo jeito, Senadores, nós temos que cobrar isso no Senado. Há algumas pautas que o Senado tem obrigação de cobrar; temos todos de ser mais veementes nessas cobranças. O Pacto Federativo é uma delas, porque o Pacto Federativo, na verdade, não passa de uma ficção. Está lá na Constituição: "Art. 1º. O Brasil é uma República Federativa formada de Estados e Municípios..." Lá adiante, no inciso: "... com autonomia administrativa". Mas não há autonomia administrativa sem recursos. E é sobre esse ponto, esse item que nós devemos batalhar. Só haverá autonomia administrativa quando houver recursos para os Estados e Municípios. Aí se concretiza o Pacto Federativo, o contrato da Federação, e isso não acontece.

Tivemos até, na semana passada, a famosa Marcha dos Prefeitos. E a gente... Eu, pelo menos, vejo com tristeza, porque a Marcha termina e os Prefeitos continuam marchando no sentido pejorativo. Saem daqui sem nenhuma esperança, sem nenhum recurso, sem nenhuma mudança. E todos os anos é a mesma coisa!

Senador Cassol, nós estamos esperando ainda mais gente para compor o quórum. Então, estamos aqui conversando, trocando ideias, comentando alguns fatos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) - E os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - E os Estados, principalmente.

Qual é o seu depoimento sobre o momento de Rondônia, onde o senhor foi Governador?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) - Obrigado, nosso Presidente, Senador Lasier, do nosso grande Rio Grande do Sul, onde tem chovido uma barbaridade por lá, não é?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - É.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) - E está faltando água na nossa Região Norte - já que estamos falando da nossa Região Norte.

Cumprimento os demais colegas Senadores.

O Brasil, no momento, vive uma situação difícil, atípica. A crise na Região Norte é menor porque nós vivemos do agronegócio - produção de gado, de carne e de leite -, mas, ao mesmo tempo, ela está nos quatro cantos deste País. Tenho certeza de que nenhum dos Estados da Federação brasileira está com facilidade para administrar. Os Municípios estão passando por dificuldades.

O que eu não consigo entender é que nós estamos aí num governo transitório que nós, Senado, votamos na semana passada, e, ao mesmo tempo, nós temos o compartilhamento dos Ministérios por vários partidos. O nosso partido tem um dos ministérios, o da Agricultura, com o Senador Blairo Maggi. E é uma alegria, para nós, ter o maior produtor individual do Brasil, um grande empreendedor do agronegócio...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA. *Fora do microfone.*) - O rei da soja!

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) - O rei da soja. Enfim, é um guerreiro nessa luta. Então, fico feliz.

O outro que temos é o Ministério da Saúde. E eu já vou começar aqui batendo logo dentro de casa, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Sinta-se à vontade. Afinal, o senhor gosta de bater, não é?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) - Eu fico triste porque nós defendemos tanto aqui, nesta Casa, Senador Lasier - fizemos aqui audiências públicas -, a liberação da fosfoetanolamina, que é o medicamento contra o câncer. No meu discurso, da tribuna, no dia da votação, eu pedi, em âmbito nacional e mundial, a liberação, e, ontem à noite, o nosso Ministro teve uma reunião com os médicos oncologistas do IncoR, em São Paulo - não sei mais ao certo que Instituto é -, e deu uma declaração de que é contra a fosfoetanolamina.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - E deu uma declaração de que é contra, enquanto não for avaliada pelos laboratórios e pela Anvisa.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) - Eu já vou ser bem claro. O Ricardo Barros, do meu partido, então que entregue esse Ministério. Se ele não tem culhão para botar para funcionar, para liberar... Desculpem a expressão, mas essa é a minha indignação. Eu não estou aqui para alisar ninguém. Não vou alisar nem quem é do meu Partido. Está aqui o Cameli do meu lado.

Então, que o Ricardo Barros entregue o Ministério. A Presidente Dilma, com todos os problemas, teve a coragem de sancionar a lei. E outra coisa: a fosfoetanolamina está dando resultado positivo. Eu conheço pessoas, amigos meus em Rondônia, que estão utilizando, enquanto outros, que não utilizaram, voltaram à situação precária de saúde e estão no caminho da morte. Infelizmente, encomendando a missa de sétimo dia. Enquanto isso, ninguém está produzindo medicamentos e estão falando em aumentar mais impostos, quando podiam liberar. Liberem!

Não é só a fosfoetanolamina. Ontem à noite eu vi no Jornal Nacional, Cameli, um outro medicamento, uma vacina contra o câncer também, que daí o corpo imuniza...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Comentamos aqui há pouco a notícia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) - Gente, pelo amor de Deus! Se nós temos oportunidade para economizar, será que temos que fazer parte dessa máfia de bandidos, de ladrões que estão roubando o País, especialmente na saúde?

Alguém pode dizer: mas por que isso, gente? Uma quimioterapia custa de R\$15 mil a R\$90 mil! O tratamento do câncer é caro, caríssimo, são milhões; é o recurso da União, do Estado e do Município que mais vai para o ralo, este do tratamento do câncer. Então, se nós temos tratamento alternativo a custo de banana - é barato, Cameli -, não vamos liberar?!

E o Ministro, que é do nosso partido, assumiu o Ministério na semana passada e a primeira declaração que dá em público já fala besteira?!

Ô, Ricardo Barros, entrega essa bronca do Ministério! Entregue! Se não for para poder... E sou do mesmo partido, mas não vou poupar, não. É do meu partido, mas não quero saber. Eu não quero saber, Presidente Lasier! Eu estou indignado! Eu estou indignado, porque não posso concordar, Cameli; não posso admitir. Vou falar com o nosso Líder, o nosso Presidente, o Senador Ciro Nogueira, para que, então, entregue o Ministério.

Antes, a Dilma tinha um bando de puxa-sacos incompetentes que não deram conta do recado. Mesmo contra laboratório, mesmo contra a Anvisa... Parece a Petrobras; parece que tudo está incrustado desse sistema corrupto e desonesto que temos no Brasil. Pelo amor de Deus! Eu não peguei dinheiro de laboratório; ninguém bancou minha campanha; não devo favor para esses caras. Então, o que eu quero pedir aqui para o Presidente Michel Temer, que acabou de assumir: Michel Temer, por favor, não tenha medo de meter a caneta; não tenha medo de liberar; não libere só a fosfoetanolamina; libere qualquer medicamento que venha diminuir custo da área da saúde.

Portanto, Presidente, não dá para admitir. Hoje já começa, na terça-feira, a primeira semana do novo Presidente, e o primeiro Ministro da Saúde da gestão Temer, que é do nosso partido, já começa a fazer o jogo dos laboratórios. Vou falar logo isso e quero que ele fique bravo comigo, porque vou para a tribuna do Senado esculhambá-lo. Por que vou esculhambar? Porque não acho justo. Se nós vamos aprovar uma CPMF amanhã, eu não voto a favor da CPMF. Já vou avisar o Michel Temer que não conte comigo para a CPMF; não conte comigo para aumentar mais imposto. Primeiro, façam o dever de casa. De que maneira, Presidente? Economiza, veja o rombo que existe e corte as despesas, os gastos, para, daí, a gente saber o que pode fazer. Agora, antes de colocar na prática...

E vou dizer uma coisa para o senhor, vou dar aqui o nome, para concluir e continuar a votação. Lasier, tenho um amigo, na minha cidade, que tem um câncer na orelha. Nós até trouxemos o vídeo aqui, pois ele nos autorizou a mostrar. Ele voltou a usar o comprimido de novo. Resultado: ele está dormindo...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Uma cena horrorosa. Mas há comprimido em algum lugar?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) - Ele conseguiu de novo, pois existem anjos que estão ajudando.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Ah, bom! Porque o senhor sabe - e não sei se contei aos demais colegas - que há gente que nos procura para pedir essa pílula. Aí, não sabemos se ela existe ou não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) - Ela existe em alguns lugares. Já foi autorizado, porque não é mais crime fornecer. Acontece o seguinte: o Ministério da Ciência e Tecnologia poderia colocar os 17 laboratórios para produzir a fosfo; os da Aeronáutica, da Marinha, enfim, das Forças Armadas, produziriam a custo zero. Com isso, o Governo iria economizar.

Para o senhor ter uma ideia, Senador - o nome dele é Ranolfo -, ele tem um câncer na orelha, exposto, ao vivo, não dá para ficar perto dele. E o câncer dele está secando. Ele está conseguindo dormir. Antes, ele só dormia com uso de morfina. E, aí, o pessoal vem dizer que esse medicamento não dá certo?! Não posso concordar, não posso admitir, não posso aceitar.

Portanto, espero que o Ricardo Barros veja isso aí. E ele, junto com o Kassab, da Ciência e Tecnologia, botem esses laboratórios para funcionar. Caso contrário, eles que entreguem a chave deste Governo, porque saiu um Governo frouxo e estão entrando outros Ministros mais frouxos ainda.

Desculpem-me, mas era só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - A fosfoetanolamina não poderia faltar. E estamos vendo aí sua irrisignação. Vamos ver como vai evoluir isso.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Sr. Presidente, está aqui na plateia um grande amigo meu, da Região Norte, Moreira, que cumpriu um papel fundamental na Rede Amazônica de Televisão que representa todo o Norte do nosso País.

Seja muito bem-vindo, Sr. Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Seja bem-vindo!

Bom, já temos quórum para matéria não terminativa.

Registro a presença do Senador Hélio José, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Pois não, Senador Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Temos várias proposições aqui para relatar e aprovar de alguns Senadores relatores que não se encontram presentes nesta reunião. Quero, para facilitar o trabalho de V. Ex^a e o nosso trabalho aqui, sugerir que entremos, na ordem, pelos que já se encontram aqui, nesta Comissão, o que tornaria mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - E o nosso projeto aqui seria votar aqueles que já foram lidos. Mas, antes, quero realçar aos Srs. Senadores que chegaram no andamento da reunião que estamos encaminhando um convite para comparecer a esta Comissão o Ministro Gilberto Kassab, que vai acumular os Ministérios da Ciência e Tecnologia e das Comunicações. Temos muitas perguntas.

Portanto, submeto à votação dos Srs. Senadores a aprovação. Quem tem alguma discordância...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) - Sr. Presidente, só quero aproveitar a oportunidade para dizer que acho prematuro chamarmos, em seguida, o Ministro. Precisamos aprovar o requerimento, a sugestão de V. Ex^a. Aprovamos, mas vamos deixar os Ministros tomarem pé da situação para que, quando estiverem aqui conosco, possam ter todas as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - O nosso propósito, e está em julgamento aqui, é saber do Ministro qual a atenção que ele vai dar para ciência e tecnologia, Senador Cassol, porque estão acontecendo protestos, principalmente das entidades científicas, de desconformidade com a fusão. Portanto, queremos saber em que medida vai ter ênfase a ciência e tecnologia, que já vêm sofrendo um descaso há muito tempo. Não é por outra razão que estamos aqui escolhendo política pública para avaliação deste ano no Ministério da Ciência e Tecnologia. E queremos saber, principalmente, se os recursos dos fundos setoriais voltarão a ser utilizados para pesquisa. Então, é isso que queremos saber.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Creio que deve ter sido protocolado um requerimento meu, concordando com V. Ex^a, de um convite para o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações para que nos esclarecesse seu plano de metas e para debatermos com ele essas questões importantes. Inclusive, há o convite ao Presidente da Anatel para ver se a Agência vem aqui conversar conosco já que há uma CPI já solicitada, já protocolada na Mesa do Senado Federal sobre o comportamento da Anatel, de alguns dos seus dirigentes. Acho que é muito importante e oportuna essa discussão com o meio científico porque, na minha visão particular, é um retrocesso realmente a fusão do Ministério da Ciência e Tecnologia com as Comunicações.

Eu acho que as comunicações têm que ter um olhar "x" e a ciência e tecnologia um olhar "y"; de modo que essa fusão pode ir na contramão da situação.

E eu acho que a gente tem que fazer esse debate, Cassol - e ele tem que ser rápido mesmo -, porque o povo está nas ruas solicitando algumas questões, tanto com relação à fusão da cultura com a educação, como em relação à fusão das comunicações com a ciência e tecnologia, bem como em relação às minorias com algumas outras questões lá do direito do cidadão.

Então, eu creio que seria muito oportuno ouvi-lo mesmo, e logo, para sabermos como ele está pensando em organizar...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Então, eu quero...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Eu só queria só saber se o meu ofício...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Não; ainda não chegou. Eu fui informado aqui.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Não chegou ou não foi protocolado...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Mas vamos recebê-lo e adicioná-lo ao nosso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Perfeito,

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Estou acompanhando o debate a respeito da fusão de Ministérios e concordo sobre a importância de a ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento do nosso País - é fundamental! Quanto a isso não há o que discutir. Agora, a gente precisa ter coerência. Nós estamos cobrando do novo Governo a redução do número de Ministérios, não é? Eu, inclusive, acho que a redução foi tímida. A meu juízo, deveria ter sido mais forte essa redução.

Agora, o fato de terem sido fundidos os Ministérios não quer dizer que não se dê atenção à ciência, tecnologia e inovação. Pelo contrário; o que faz com que se dê atenção a esse segmento da maior importância é a vontade política de querer fazer. Não basta ter o ministério.

Eu vou dar um exemplo, Senador Cameli, Senador Ivo Cassol: lá atrás, no Governo do então Presidente Fernando Collor, foi criado o Ministério da Amazônia - vejam bem: Ministério da Amazônia! E resultou em alguma coisa? Em nada!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Mas eu pergunto a V. Ex^a, Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Então, não é o fato de ter...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - ... se reduzíssemos para 20 Ministérios - vamos supor que esse seja um bom número -, dentro desses 20 Ministérios...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - A nossa Comissão, Senador Lasier...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - ... não caberia o da Ciência e Tecnologia?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - A nossa Comissão, no Senado, é de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ou seja, engloba os dois. Agora, quando V. Ex^a assumiu a Presidência... Quando eu tive a honra de ser Presidente desta Comissão, eu coloquei a ciência e tecnologia como parte principal da Comissão, pois esta, até então, só se incumbia da parte da comunicação.

Então, cabe a quem está à frente dar ênfase ao que é prioritário.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - É o que nós queremos saber.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - É o que V. Ex^a está fazendo.

Então, nós temos de cobrar do Ministro Kassab...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - ... que ele ponha lá um secretário lá, que seja do setor de ciência e tecnologia, e toque o programa, e que o Governo dê as condições, ou seja, recursos.

Os nossos pesquisadores estão à míngua. As bolsas de estudos estão suspensas. O Ciência sem Fronteiras foi só palanque.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Exato.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Então, é preciso que haja vontade política.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Pois isso nós vamos saber, e V. Ex^a, seguramente, será um dos questionadores. Queremos saber qual é a política do novo Ministro. Nós estamos ouvindo as entidades científicas, que estão fazendo críticas duríssimas à fusão. Mas precisamos saber qual é o propósito do novo Ministro, qual é a política. Então, só trazendo aqui.

EXTRAPAUTA

ITEM 39

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 19, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro nos termos do artigo 90, II, c/c artigo 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para a realização de debate em torno do tema: "Balanço e Prioridades para a nova Gestão de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações", em data oportuna a ser posteriormente agendada.

Autoria: Senador Lasier Martins.

Submeto à votação dos Srs. Senadores.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está pronto o requerimento, vamos encaminhar, convidando o Ministro Gilberto Kassab para que, tão logo ele tenha agenda, vir aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) - Sr. Presidente, eu proporia que nós pudéssemos agendar com o Ministro e dar a ele, pelo menos, umas duas semanas para ele se inteirar do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Isso fica a critério dele. Nós não estamos fixando data. Estamos fazendo o primeiro convite desta Comissão ao novo Ministério.

Senador Aloysio, V. Ex^a que é um dos mais assíduos aqui: nós estamos encaminhando um convite ao novo Ministro da Ciência e Tecnologia e Comunicação - já que houve a fusão - para que venha aqui nos dar resposta sobre a política que ele vai adotar, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, que tem sido objeto de tanto descaso nos últimos anos.

Acabamos de aprovar o requerimento, certamente com o seu apoio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Entusiástico.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - Nobre Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Senador Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - ... eu queria pedir a V. Ex^a, já que tenho um exame médico daqui a pouco, a inversão de pauta para o item 7, que é um requerimento meu.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - O item 7 já foi lido.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) - É só votar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Vamos ver onde está o item 7.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Sr. Presidente, enquanto localiza o item 7... Sr. Presidente, enquanto localizam o item 7, por favor, se eu puder falar pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Sim.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Eu queria considerar, a respeito das palavras do nobre Senador Flexa, que não se trata pura e simplesmente de acabar ou não com ministérios. Trata-se de política. Se o nosso Ministro convencer que ele terá um dedo e um olhar realmente contemplativo para a comunicação e para a ciência e tecnologia, nós não teremos dificuldade nenhuma em relação à fusão. Mas precisamos ter a mesma consideração para todas as áreas.

Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito. Mas estamos preocupados, já que diz respeito à nossa Comissão, com o que vai ser feito com a Ciência e Tecnologia, área em que não tem havido a aplicação das vultosas verbas que são recolhidas a cada ano e que não são aplicadas na investigação tecnológica e científica.

Bem; a saúde do Senador Cameli tem prioridade. Ele precisa sair para um exame. Então, vamos votar o seu requerimento. Diga, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Queria pedir que, em seguida, voltemos ao item 1, porque o Senador João Alberto está me esperando aqui para que tenhamos uma conferência do mais alto valor estratégico.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Estratégia interessa a esta Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Mas, por enquanto, ainda é reservada. O Senador João Alberto ainda não me autorizar a divulgar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Pois não.

Já foi lido o item 7, não terminativo, de autoria dos Senadores Gladson Cameli e Hélio José.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 9, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as deficiências na prestação de serviços de telefonia nos estados do Norte, especialmente, no estado do Acre.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- 1. Representante da Telefônica S.A. (Vivo);*
- 2. Representante da Oi Telecomunicações S.A.;*
- 3. Representante da TIM Brasil;*
- 4. Representante da América Móvil no Brasil (Claro);*
- 5. Eduardo Levy, Presidente Executivo da Febratel - Federação Brasileira de Telecomunicações.*

Autoria: Senador Gladson Cameli e outros.

Observações:

Em 10/05/2016, o Requerimento foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

Com a palavra o autor do requerimento.

Teria alguma coisa a acrescentar, Senador? *(Pausa.)*

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Senador Telmário, seja bem-vindo!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) - Eu queria ver, Sr. Presidente, se não seria possível incluímos nesse requerimento a questão de Roraima, que é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

O requerimento diz respeito aos Estados do Norte.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) - Pronto. Então, pode ser incluído.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Então, Roraima está junto.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - V. Ex^a está convidado a vir para essa audiência pública.

Então, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^s e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado, então, o requerimento do Senador Cameli, em conjunto com o Senador Hélio José.

Vamos ao item 1, que já foi lido e para o qual houve pedido de vista.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, de 2013

- Não terminativo -

Acrescenta § 5º ao Artigo 2º da Lei nº 12.232, de 19 de abril de 2010, para estabelecer critérios na aplicação dos recursos destinados aos serviços de publicidade pela Administração Pública considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação.

Autoria: Senador Inácio Arruda.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

- 1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;
- 2) Em 10/05/2016, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais.

Alguma discussão?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Eu havia pedido vista desse projeto, e, conversando com o Senador Aloysio e também com os setores envolvidos, resolvi o seguinte:

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, na última reunião desta CCT, solicitei vista do PLS 178, de 2013, por entender, na ocasião, que seria viável inserir dispositivo que viesse a beneficiar agentes de menor porte, como rádios e tevês comunitárias, em sua maioria, espalhadas pelo interior do País.

Para as pequenas empresas de comunicação, penso que poderemos requerer, oportunamente, uma audiência pública específica para definir outros parâmetros que possam influir numa maior utilização desses veículos de comunicação e, ao mesmo tempo, disseminar em todo o Território nacional as notícias requeridas pelos órgãos de governo.

Devo referir, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, que nessa última semana recebi mensagens de bancos estatais contrários à aprovação do PLS 178, de 2013, com critérios para aplicação dos recursos destinados aos serviços de publicidade pela Administração Pública e considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação objeto do PLS 178, de 2013.

Advogam que a estratégia de comunicação das sociedades de economia mista, em função das abrangências e capilaridades de rede de atendimento, prevê ações em veículos de comunicação que possuam também uma maior abrangência e cobertura nacional, de modo que afirmam que abrir mão desses grupos ou de uma comunicação que permita cobrir todo o Brasil de forma mais econômica poderá trazer prejuízos e desvantagens competitivas.

Além disso, tudo leva a crer que a política de diversificação e descontração dos investimentos já tem sido praticada pelo setor público, que direciona os recursos considerando o nível de audiência das emissoras de tevê e rádio, de modo que os investimentos pareçam ser proporcionais ao que as emissoras revertem como audiência.

Assim sendo, é possível notar que já é praticada pelos órgãos públicos uma política que contempla o maior número possível de veículos de comunicação nas diversas regiões do País, até prova em contrário.

Nessa acirrada competição de mercado, as instituições de governo atingidas pelo projeto poderiam ser prejudicadas, caso se determinasse um percentual de participação da produção e mídia regional sem considerar as suas estratégias de negócio.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, voto pela rejeição do projeto e acompanho o nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira na questão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

Então, V. Ex^a mudou de opinião?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Mudei de opinião.

E vamos fazer uma audiência pública com o setor, até por sugestão do nobre Senador Aloysio, para, depois, apresentar um projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

Se não houver ninguém que queira mais discutir, encerro a discussão.

Em votação este projeto, cujo voto do Relator é pela rejeição. *(Pausa.)*

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) - Sr. Presidente, os pequenos meios de comunicação precisam ser democratizados e fortalecidos, exatamente com a propaganda que vem do setor público - é fundamental. E não há como você fortalecer os pequenos meios ou dar vida aos pequenos meios se você não os abastecer com a propaganda, e principalmente a que seja pública.

Então, eu vejo que esse projeto... Eu sou contrário ao Relator, porque eu entendo que ele continua... Eu sou a favor da proposta do projeto, porque ele não só democratizaria esses recursos para a propaganda, como fortaleceria os menores, porque, do contrário, ele consegue concentrar só nos fortes, nos maiores, de ordem que você não dá sobrevida aos menores meios de comunicação.

Portanto, eu sou contrário... Eu sou pela manutenção do projeto e contrário ao Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Então, com o voto contrário do Senador Telmário, e não sendo terminativo, aprovado o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a constituir o parecer da CCT, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aí, sim, em decisão terminativa.

Vamos para o item 5, que já foi lido também.

E eu queria nomear *ad hoc* o nosso Senador Flexa.

Poderia localizar para nós aí, Senador Flexa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Ah, sim, já foi lido.

ITEM 5

OFICIO "S" Nº 32, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão (CAC) nº 14/2014, de que trata o PDC nº 2.980/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Araguaína, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

Em 10/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

É o item 5.

Já que não está presente o Relator, o Senador Eduardo Amorim, que, por sinal, está de aniversário hoje... Então, deve estar começando as comemorações desde cedo.

Cumprimentos ao nosso brilhante colega, Senador Eduardo Amorim!

Se não há ninguém para discutir, é só votar o item 5.

Em votação. *(Pausa.)*

Sem discordância, aprovado.

O relatório já foi lido; portanto, aprovado este relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigidas ao Ministro de Estado das Comunicações.

Vamos ao item 6, cuja relatoria *ad hoc* já pertenceu ao Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 6

OFICIO "S" Nº 42, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 24/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO CONQUISTA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatório: Pelo arquivamento.

Observações: Em 10/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

Uma vez que o relatório já foi lido, indago se algum colega desejaria fazer algum acréscimo. (Pausa.)

Então, nada mais havendo a acrescentar, encerro a discussão.

Em votação o relatório pelo arquivamento do Ofício "S". (Pausa.)

Sem discordância, aprovado.

Vamos para o item 8, que também já foi lido.

Trata-se de matéria não terminativa. E um requerimento do Senador Cristovam, que temos a honra de recepcionar - S. Ex^a chegou há pouco.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 18, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) com a Comissão de Serviços e Infraestrutura (CI), para discutir as causas da recorrência dos acidentes de engenharia no Brasil, bem como debater sobre o risco potencial de um acidente nas Usinas de Angra dos Reis, com a presença dos seguintes convidados:

- *Luiz Pinguelli Rosa, doutor em Física, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Eletrobras;*
- *Representante da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (AFEN);*
- *Diretor Técnico da Eletrobras Eletronuclear ou representante;*
- *Paulo Rosman, professor de engenharia do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ).*
- *Chico Whitaker, arquiteto e ativista social.*

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

Observações: Em 10/05/2016, o Requerimento foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

V. Ex^a, Senador Cristovam, tem algum acréscimo a respeito do seu requerimento?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Eu tenho impressão que ele se autoexplica, mas eu queria lembrar que o Brasil hoje é o país com maior número de acidentes em construções civis do mundo, depois, talvez, ou empatado com elas, de China e Índia. China e Índia, cada um, tem seis vezes mais habitantes que nós e têm algumas dificuldades maiores do que nós no setor de construções.

Algo está errado para fazer com que o Brasil seja campeão de acidentes. Eu não falo só na ciclovía que não levou em conta que não havia onda ali perto. Eu não falo apenas dos prédios que têm caído e não falo de alguns desses acidentes em construção civil que vemos todos os dias.

Então, por que isso acontece? É um problema da formação dos engenheiros? É um problema da fiscalização malfeita? É um problema da licitação malfeita?

E, aproveitando isso, Senador, analisarmos uma construção específica, que é a central nuclear que nós temos. Isso porque uma coisa é a onda derrubar uma ciclovía; outra é um acidente em uma central nuclear, cujos dois grandes exemplos do mundo que nós temos, que são Chernobyl e Fukushima.

E aí eu lembro que a central nuclear é uma das obras envolvidas na Lava Jato. Não esqueçam que o presidente da entidade responsável chegou a ser preso, um almirante.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Será que não houve alguma facilidade na segurança para poder facilitar o ganho na licitação? Eu não estou afirmando, estou levantando a questão.

Então, eu creio que seria um bom momento de discutirmos por que o Brasil tem tido tantos acidentes em construções civis em diversas partes do País e também de colocar uma lupa na segurança da nossa central, que, diferentemente da maior parte das centrais do mundo, está entre as duas maiores cidades, Rio e São Paulo, à beira do mar, em uma região que, se

não me engano, tem um nome que significa em idioma indígena "terra podre" ou "pedra podre" - é o nome daquela região. Então, creio que vale a pena fazer uma audiência nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito. É interessante essa sua preocupação com relação aos acidentes na engenharia, que vamos discutir aqui.

Então, está em discussão o requerimento do Senador Cristovam.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Para discutir, Sr. Presidente.

Eu gostaria de parabenizar e cumprimentar o nobre Senador Cristovam como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura. É uma preocupação extremamente procedente. Eu creio que essa questão dos acidentes e o cuidado com as obras públicas são essenciais. A questão do urânio e das usinas nucleares não nos permitem tergiversar a respeito da necessidade das leis de segurança. De modo que ouvi-los seria muito oportuno e um trabalho realmente essencial para a população brasileira nesta Comissão.

Então, parabenizo V. Ex^a, nobre Senador Cristovam, e digo que realmente a engenharia brasileira precisa ser debatida e precisam ser discutidas melhores saídas para evitar acidentes e desperdícios, assim como obras inoportunas que porventura possam aparecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento do Senador Cristovam.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento para essa audiência sobre os acidentes na área de engenharia e também nas usinas de Angra dos Reis.

Cumprimento também o Senador Jorge Viana, que valoriza a nossa Comissão.

Vamos ao item 9...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Sim, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Eu não queria atrapalhar, mas é que eu estava na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle... Como V. Ex^a e os colegas sabem, temos de nos dividir em dois, três, quatro até, especialmente nas manhãs de terça-feira. Eu queria, sem querer atrapalhar o andamento dos trabalhos, primeiro, cumprimentar V. Ex^a por ter trazido, na primeira sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia, o debate sereno e responsável, como todos nós procuramos atuar, sobre essa mudança que estamos vivendo, em relação à qual, de alguma maneira, do meu ponto de vista, o Ministério da Ciência e Tecnologia desaparece.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Exato.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Porque, quando há fusão, é igual à Latam: a TAM está no nome, mas desapareceu, por mais que alguém tente negar o contrário. Nós não temos mais a TAM, como nós tínhamos, pois ela, agora, é minoritária. Ponto final.

Eu queria cumprimentar V. Ex^a. Acho que a iniciativa é importante, mas, se eu pudesse, eu queria que nós pensássemos um adendo ao requerimento de V. Ex^a, que é muito oportuno. Nós acabamos de aprovar, o Senador Cristovam foi Presidente da Comissão, relator. Nós trabalhamos o marco da Ciência e Tecnologia no nosso país. Acabamos de criar um aparato que pode, sim, colocar o Brasil no Século XXI. E, ao mesmo tempo, estamos tendo esse movimento.

Eu, sinceramente, acho que nós seguimos numa espécie de marcha da insensatez, porque, veja bem, a Lei nº 1.079, quando aplicada, quando levada a cabo, como estamos fazendo, a Lei do *Impeachment*, cria situações absurdas! Ela é de 1950. Você tem dois presidentes na mesma avenida, o Presidente Michel Temer fez uma fala se colocando - e eu o elogiei ontem, da tribuna - como Presidente interino. Lamentavelmente, ele só se colocou agora como possível Presidente interino, mas eles distribuíram ministérios ainda quando a discussão, o debate do *impeachment* estava na Câmara. Aliás, foi lá que houve a extinção do Ministério da Ciência e Tecnologia e de vários outros ministérios, como o da Cultura.

Mas, o que eu queria colocar para V. Ex^as é que essa lei é tão absurda que mesmo um Governo interino tem autoridade de desmontar completamente a estrutura do Estado brasileiro.

Essa questão do Ministério da Cultura, por exemplo, não vai ficar assim. Certamente, o Governo, em poucos dias, dirá que recriará o Ministério da Cultura.

Mas, nós estamos na Comissão de Ciência e Tecnologia, e V. Ex^a, apropriadamente, trouxe ao debate essa preocupação, convidando a vir aqui o novo Ministro da Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab. O meu adendo, para não atrapalhar mais, é um só. Eu acho que aqui é um espaço nobre, adequado e queria sugerir que, ao invés de trazermos somente o Ministro, o que para ele, talvez, seja muito bom, já que ele não é chegado a essa área... Por circunstâncias, no rateio de cargos, sobrou para ele a pasta da Ciência, Tecnologia e Comunicação, com todo respeito ao ex-prefeito Kassab. Ele estava no Ministério das Cidades, uma área que ele tem conhecimento, já que foi prefeito de São Paulo, mas tentaram por um pastor no Ministério da Ciência e Tecnologia, o que não deu certo. Então, resolveram fundir o Ministério da Ciência e Tecnologia com o das Comunicações, cabendo ao ex-ministro e ex-prefeito Kassab ser o Ministro.

A minha sugestão, já que tivemos tantos debates aqui - e é um convite a ele, que certamente aceitará -, é se não seria conveniente trazermos, já que temos grandes cientistas, representantes da comunidade científica, para que estivessem juntos. Assim, já de pronto, aproveitando, o andamento dos trabalhos, numa mesma reunião, ouviríamos o novo Ministro e, pelo menos, dois representantes da comunidade científica para ouvir a perspectiva deles para essa mudança que não entendemos ainda, ainda vamos tomar conhecimento dela.

Eu acho que esse seria um gesto de respeito à comunidade científica. Sou daqueles que acham que, se cuidarmos bem, como fizemos por ocasião da apreciação do marco regulatório da Ciência e Tecnologia, vamos ajudar um país continental como o nosso a se firmar como uma grande nação do Século XXI. Sinceramente, o trabalho que todos fizemos aqui, suprapartidariamente, é um trabalho que criou um aparato legal que pode ser muito útil para o Brasil.

Mas, enfim, preocupa-me, pois eu queria também entender, como cidadão, como Senador, essa iniciativa. Então, se pudéssemos fazer, acho que não haveria incompatibilidade, se for, obviamente, do interesse ou até da concordância dos demais colegas.

É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Pois não.

Antes de passar a palavra aos Senadores que a estão pedindo - o Senador Aloysio e o Senador Cristovam -, só para confirmar, Senador Jorge Viana, já votamos hoje aqui o requerimento para a vinda do Ministro Kassab.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Por isso que eu falei que era só um adendo, se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

Eu vou submeter, então, também aos nossos pares essa hipótese de trazermos aqui os representantes das comunidades científicas. Lemos aqui hoje, no início da sessão, o manifesto das entidades, das comunidades científicas, veementemente preocupadas...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Por isso que eu cumprimentei V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - ... com relação à importância que vai ser dada a esse Ministério, que já vai sendo objeto de descaso há muitos anos.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Sr. Presidente, eu não concordo com a ideia de trazermos, na mesma audiência pública, o Ministro e outras pessoas, representantes da comunidade científica ou de outros setores da vida nacional. Não é o usual.

Nas audiências em que convidamos Ministros, é o Ministro. Inclusive, convidamos aqui o Ministro anterior, cuja qualificação era ter uma lanchonete, ser dono de um restaurante ou de uma lanchonete na região metropolitana do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense - o Celso Pansera, cuja presença no Ministério se deveu unicamente a uma barganha por votos contra o *impeachment* promovida pela Presidente Dilma.

Então, aqui os representantes do Governo anterior não têm muita autoridade para falar nesse assunto. O Jorge Viana tem, porque é um homem dedicado ao tema da ciência e tecnologia. Mas não vamos politizar a coisa nessa linha, não. Eu prefiro que venha o Ministro e depois façamos outras audiências públicas, para dar sequência aos nossos trabalhos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Eu gostaria... Como fui citado, se fosse possível, com todo o respeito, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Acho que foi, no mínimo, deselegante a postura do meu querido colega Senador Aloysio Nunes.

Eu sempre fui crítico do toma-lá-dá-cá e desse rateio de cargos. Fui extremamente... Medi as palavras - repito: medi as palavras -, porque acho que V. Ex^a, hoje, tomou uma atitude muito correta, como Presidente da comissão. Primeiro, de trazer o tema; segundo, de ter oferecido para todos nós aqui... E pedi desculpas por estar lá na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e só agora ter podido chegar aqui e me associar à posição de V. Ex^a e dos outros colegas.

Agora, nós não podemos entrar nessa história de que o governo anterior - e aí me incluindo... Um governo ao qual eu, inclusive, tinha críticas, porque sou daqueles que acham que nós não podemos terceirizar nossos erros. Agora, eu não vou me calar diante de mais do mesmo - mais do mesmo! Este País não é uma colcha de retalho, onde cada um é dono de um pedacinho.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - É verdade!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Então, se errou o Governo da Presidenta Dilma, se essa lei é um absurdo, se é esdrúxula ao colocar dois presidentes morando na mesma avenida, nós, aqui, podemos, com tranquilidade, com companheirismo... E sempre contei com o Senador Aloysio, pelo que agradeço as palavras elogiosas de S. Ex^a.

No entanto, era uma sugestão que eu estava fazendo. Já tivemos outros casos - e muitos outros - de haver Ministros, lá na Comissão de Fiscalização e Controle, juntamente com outras pessoas.

Eu acho que os representantes da comunidade científica, a Presidente da SBPC, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o representante - estou falando tão somente da comunidade científica - da Academia Brasileira de Ciências, quem sabe, não funcionarão como força auxiliar para um Ministro que não é chegado ao tema que lhe foi conferido? Pode ser até um socorro que o outro Ministro pode não ter tido, mas com que esse agora pode contar. É tão somente isso!

Se tivéssemos aqui opinião, ganharíamos tempo. Sob pena, nós vamos ter que propor outra audiência - e aí talvez não tenha tanta audiência como essa teria - de poder ter um debate sincero, para saber os limites da ciência e tecnologia, da comunicação. São temas complexos. A comunicação é um ministério muito importante para um País como o nosso e para o século XXI. Mas o valor que se dá para ciência e tecnologia faz o diferencial, se um país está caminhando para o século passado ou para o futuro.

Era só isso. Eu compreendo a observação do Senador Aloysio, mas acho que seria uma maneira de a gente ir conduzindo. Ninguém aqui que eu citei é do PT ou é parte do outro governo. São representantes da comunidade científica.

Nós podíamos apreciar sim. Eu queria pôr em votação, V. Ex^a sugeriu, se faríamos o adendo de convidar tão somente duas pessoas. Pode ser a SBPC e pode ser a Academia Brasileira de Ciência, para não criar nenhum risco de termos a politização. Seria importante, na minha modesta opinião.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Em seguida, pretendemos pôr em votação. Antes, a palavra com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Sr. Presidente, primeiro quero dizer que o Senador tem toda a razão de querer trazer os cientistas aqui.

Eu acho que é preciso trazer. O Senador Viana tomou uma boa iniciativa. Eu só queria sugerir, Senador Viana, se não seria melhor fazermos separadamente. Uma audiência só com o Ministro e uma audiência com os cientistas, para ouvirmos o que eu considero que é um grave equívoco: a junção do Ministério de Ciência e Tecnologia com Comunicações.

A ideia que o Senador Aloysio trouxe, de fato o Ministro pode perfeitamente dizer que não virá, que não quer vir, porque vai constranger. O Ministro vai estar numa posição que é errada, quem sabe de ciência e tecnologia entende.

Acho fundamental tomarmos uma posição sobre esse gesto do Governo interino de juntar essas duas áreas.

Aí, para que eles não digam: "mas o Senado é assim", é bom contar o motivo de aqui estar misturado.

Eu vou contar. Eu fui escolhido para ser presidente da Comissão de Educação, onde era educação, ciência e tecnologia em comunicações. E acharam que iam dar poder demais a um Senador de outro partido que não era um dos majoritários aqui.

Aí trouxeram comunicações para cá. Foi assim que fizeram, para dar mais poder aqui.

Quando eu vim para cá, eu queria me livrar de comunicações, que aprova essas rádios que, a meu ver, é uma casca de banana, porque a gente não sabe onde há laranja ou não e a gente aprova isso aqui.

A junção é um equívoco. O senhor como Presidente está vendo. São coisas completamente diferentes. Claro que há tecnologia em comunicações, como há em tudo. Aí juntasse com a saúde, com a educação, com a agricultura. Onde há mais tecnologia hoje que em agricultura?

Eu creio que é um grave equívoco do Governo interino fazer essa junção.

A cultura eu acho também que é um erro, inclusive político. Vai criar problemas políticos, mas não é tão grave quanto é o caso da ciência e da tecnologia.

O Ministro, se fosse um grande cientista lá, uma pessoa da área, mesmo assim não era bom, porque ele ia tirar tempo da comunicação para se dedicar à ciência e tecnologia. Mas o Ministro Kassab não é da área, não é do ramo, e creio que vai ser mau para a ciência e tecnologia brasileira. E sendo ruim para a ciência e tecnologia brasileira será muito ruim para o futuro do Brasil.

Por isso esta Comissão, a meu ver, tem que tomar uma posição. E a melhor maneira talvez seja levar adiante a proposta do Senador Jorge Viana, mas sem misturar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito. Então,...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Eu voto a favor se for separado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Sim.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Se pudesse... Quando eu ofereci, não foi para haver debates e confrontos, não, mas é porque eu estou vendo que esse Governo é um governo ligeiro e foi montado em parte. Mesmo discordando dos argumentos, ou de um argumento, que o Senador Aloysio usou, eu acho que a ponderação dele é importante.

O que eu queria que ficasse assegurado - e aí eu acho que o Senador Cristovam completou - era que já podíamos, então, fazer, no mesmo requerimento, as duas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito. Era o que eu ia sugerir.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Faríamos com o Ministro e, depois, com a comunidade científica. Eu acho que a ponderação é: para quê? Para que realmente não fique aqui a intenção - porque não é a minha e nunca foi - de por confronto aqui, muito menos um constrangimento para o Ministro Kassab, por quem eu tenho respeito. E, também, eu acho que não há nenhuma intenção minha de repetir equívocos que até já vi acontecerem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - O propósito é um só: o de aproveitar aqui a oportunidade e fazermos um debate adequado, num lugar adequado que é aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Permita-me, um minuto?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Nobre Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Eu gostaria de deixar aqui registrado, também, a necessidade de ouvirmos o pessoal da Abratel, o pessoal do sistema de comunicação, as empresas que representam toda essa questão, porque eu creio que vai prejudicar, em muito, a questão das comunicações.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Diga.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Eu creio que vai prejudicar, em muito, a questão das comunicações...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Mas aí não seria abrir demais o debate?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Não, espere só um minuto, só para eu concluir.

Eu gostaria de concordar com o Senador Jorge e com a proposta do Senador Cristovam de se fazer separado, mas só gostaria de deixar aqui consignado, então, que seriam três audiências: uma do sistema de comunicação do País, porque eu creio que o sistema de comunicação já vai ser profundamente prejudicado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Além da questão do meio científico ser prejudicado pela situação, o sistema de comunicação vai ser prejudicado. Todos nós somos testemunhas da ação rápida e competente do Ministro André Figueiredo quando interveio naquela questão da Anatel, que estava mais parecendo um sindicato das empresas do que uma autarquia para defender os interesses públicos.

Então, quer dizer, quando se põe o Kassab para cuidar de duas áreas tão distintas, tal como o Senador Cristovam coloca aqui, a gente precisa ouvir todo mundo. Assim, eu creio que está correta a questão dos meios científicos, mas eu gostaria só de acrescentar uma ideia, ou seja, para a gente discutir com os representantes dos consumidores e com o representante das empresas de telecomunicação do País a questão das telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

Eu tenho certeza, Senador Hélio José, que nós poderemos fazer tudo isso. Só não podemos fazer de uma vez só.

Nós entendemos, desde o início, que ciência, tecnologia e inovação preponderam nesta nossa Comissão. Eu concordo que essa discussão que nós temos tido seguidamente - e hoje devemos ter também - sobre aprovação de licenças de rádios é importante, mas é secundário. A nossa prioridade aqui é ciência e tecnologia, porque o País depende muito disso. Esta é uma das Comissões mais importantes do Senado, e o Ministério da Ciência e Tecnologia, há muito tempo, deveria ter prioridade, e não tem tido.

Foi bom, Senador Jorge Viana, V. Ex^a ter dito aqui que esse tema, essa discussão está acima de discussões partidárias ideológicas. Isso tem a ver com a vida do País, mas, no entanto, não tem havido essa prioridade. Basta ver que, em um ano e quatro meses, nós já tivemos aqui dois ministros, e nenhum deles era da área - nem o Ministro Aldo Rebelo nem o Ministro Pansera.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone.*) - Agora vem o terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Agora, vem o terceiro em um ano e quatro meses. Quer dizer, a desimportância desta Comissão está comprovada há um ano e meio.

Eu queria cogitar o seguinte: ou fazemos uma primeira audiência com os presidentes... A proposta do Senador Hélio José é muito boa, porque diz respeito à comunicação, mas pode vir depois. Por quê? Porque a prioridade desta Comissão é ciência e tecnologia.

Então, uma ou outra: primeiro, uma audiência só para trazer aqui o Presidente da SBPC e da Academia...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Seriam pelo menos três. Como eu estava conversando com o Senador Aloysio, também do CNPq. Seriam três, para podermos aprofundar. Viria alguém que trabalha na estrutura do Estado e dois que representam a comunidade científica, para podermos ter um debate mais profundo, porque, senão, vem o sindicato, vem a associação, e não aprofundamos um debate.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Banaliza muito, diversifica.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Com todo o respeito, se viessem três entidades, depois da vinda do Ministro, seria um debate muito proveitoso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Eu pensava, Senador Jorge Viana, em primeiro trazer essas entidades, porque essas vão acusar as deficiências, as necessidades de atenção. Depois, com esse material todo, traríamos o Ministro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Eu estou apresentando um requerimento propondo três entidades: a SBPC, a Academia Brasileira de Ciência e o CNPq. Se nós os ouvíssemos, teríamos aqui um debate, nós o aprofundaríamos. V. Ex^a está invertendo. Depois, teríamos uma audiência com o Ministro, até para que ele também se prepare mais, já que está assumindo. Pode até ser bom para ele.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - O Ministro já deve estar ouvindo a grita geral. Aqui mesmo, nesta Comissão, na primeira reunião que tivemos após o conhecimento do Ministério, nós já verberamos contra essa fusão. Inclusive, eu fiz um pronunciamento, que foi veiculado pelo jornal do Senado, de preocupação.

Eu queria ouvir também nosso assíduo membro da Comissão Senador Walter Pinheiro, recém-chegado da Bahia, como sempre.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Ele tem uma sugestão - acho correto o que ele vai falar -, mas, antes, eu havia sugerido o acréscimo de um representante das universidades, porque ciência e

tecnologia não começa e nem é feita sobretudo nessas entidades. Então, sugiro trazer alguém do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, em geral, ou das federais, especialmente.

Não sei se o Senador Jorge aceita a ideia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Nós podemos votar uma por uma, para ver em que os Senadores concordam.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Sr. Presidente, acho que é oportuno fazer esse bom debate.

Essa ideia de V. Ex^a é importante. A gente separa. Antes, a gente debate o assunto e, depois, conversa com o Ministro.

Todos os Ministros - quero deixar isto bem claro aqui - vieram aqui apresentar os seus planos de trabalho e nós não fizemos, com nenhum Ministro, no momento da apresentação do seu plano de trabalho, nenhum tipo de debate sobre o plano de trabalho com nenhuma entidade.

Há, efetivamente, eu diria, uma apreensão muito grande no segmento sob o ponto de vista até da fusão. Não que não seja normal fundir ministérios, mas acho que o grande ganho no Brasil foi exatamente - até no governo Fernando Henrique Cardoso, meu caro Aloysio Nunes - o fortalecimento do Ministério de Ciência e Tecnologia. Eu estou entendendo como importante.

Lamentavelmente, aí há um debate, juntou com comunicação... Acho que o mais correto talvez fosse tirar a parte de TI da ciência e tecnologia e jogar para as comunicações e tentar trabalhar a ciência e a tecnologia na sua inteireza. Mas paciência!

E, quanto à sugestão que eu queria dar... O Senador Cristovam já apresentou uma, Senador Jorge, que é a questão da Andifes, a associação que congrega os nossos reitores. É fundamental fazermos esse debate com as universidades.

Mas, Jorge Viana, acho que, em vez do CNPq... E deixe-me dizer o porquê: não que o CNPq seja um órgão estatal carimbado ou coisa do gênero, mas, de qualquer maneira, é um órgão que está pendurado na estrutura do Ministério. Portanto, de certa forma, nós criaríamos um tipo de embaraço tanto para os dirigentes quanto para uma postura.

Na realidade, há uma associação, hoje, que congrega os diversos centros de pesquisas do Brasil. Então, o ideal seria que pudéssemos ter os representantes desses centros de pesquisa, ou seja, alguém que pudesse falar... Óbvio que há várias frentes, mas seria importante que pudéssemos ter um representante disso, porque faríamos um debate com o SBPC, com alguém que discute, efetivamente, hoje, e que pode falar pelos centros de pesquisas existentes no Brasil, dando uma visão muito mais sistêmica dessa questão da pesquisa do que, efetivamente, falando do papel de cada centro, e ter também as universidades.

Portanto, teríamos a possibilidade de ter três eixos, de quem trabalha com a ciência, a partir, inclusive, da sua elaboração... Como dizem os pesquisadores, a ciência está aqui: uns vão lá, pegam, aplicam e transformam em tecnologia. Então, teríamos gente desse nível, gente que pega a ciência e que a põe para rodar, ou seja, que aplica a ciência e a transforma em tecnologia, em algo que vem para a nossa vida, e aqueles que são responsáveis exatamente pela formação. Ou seja, tentaríamos juntar as duas coisas.

Com esses três, nós faríamos um bom debate sobre essa questão do papel da ciência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Depois, receberíamos o Ministro aqui para apresentar seu plano de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - ... e a Comissão teria condição de fazer todo o nível de embate em relação a essa matéria.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Vamos fazer um eixo de cada vez.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Apenas me permitam apresentar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Vamos fazer um eixo de cada vez. Há muito eixo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - ... a equação que estamos propondo aqui.

Acho que estamos chegando a uma solução.

Até quero perguntar ao Senador Jorge Viana, que foi quem levantou a hipótese...

Em primeiro lugar, está sendo redigido neste momento, pela assessoria do Senador Jorge Viana um novo requerimento para trazer aqui as comunidades científicas.

Em seguida, vou lhe perguntar, Senador Jorge Viana, se V. Ex^a concorda com os quatro nomes propostos até aqui, que são da SBPC, da Academia, do CNPq e das universidades.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - A ponderação do Senador Walter acho que tem alguma pertinência. Nós não podemos trazer um órgão da estrutura do Estado... Acho que, apesar de ser uma boa ideia a do Senador Aloysio, quando o Ministro vier, certamente, ele vai falar do papel do CNPq, e talvez o Presidente do CNPq esteja ao lado dele, provavelmente, o que talvez seja o adequado. Normalmente, o Ministro vem acompanhado dos seus órgãos auxiliares.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Então, nós poderíamos tirar da primeira audiência o CNPq, que, certamente, estaria na segunda. E há uma entidade - eu concordo com isto -, que debateu muito conosco, que reúne todas as fundações e pesquisas dos Estados. Então, nós teríamos universidades, esse fórum nacional - eles estiveram conosco e nos ajudaram no marco regulatório -, a SBPC e a Academia Brasileira de Ciências. Seriam quatro entidades. Com quatro entidades, dá para se fazer um debate bem razoável. Passando disso, fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Então - isto já está indo para o requerimento -, seriam SBPC, Academia, Fórum das Universidades e...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - E o fórum de todas as entidades de pesquisa dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Seriam quatro personalidades.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Só quatro personalidades.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Sr. Presidente, por favor, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Antes de lhe passar a palavra, Senador Hélio José...

Aí, nós não desconsideramos, Senador Jorge Viana, não retiramos o encaminhamento para o Ministro. Como nós temos a liberdade de pautar, vamos pautar, primeiro, as entidades acadêmicas e científicas, o mais rapidamente possível. Com esse material todo, nós marcamos depois a vinda do Ministro. Com isso, vamos dirimir uma grande dúvida que preocupa o Brasil inteiro na área acadêmica, científica, tecnológica, porque a preocupação está refletida em várias entidades privadas, está refletida na imprensa, está refletida, sobretudo, na nossa Comissão.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Nobre Senador Walter, nobre Senador Cristovam Buarque, por gentileza.

Eu acho, Sr. Presidente, que tão importante quanto o mundo científico é o mundo das telecomunicações deste País, tanto que, agora mesmo, nós...

Srs. Senadores, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Vamos dar atenção à intervenção do Senador Hélio José.

Se estou entendendo bem, V. Ex^a está propondo que também devemos trazer aqui a comunicação. Agora, eu lhe pergunto, Senador Hélio José: a sua proposta é importantíssima, mas V. Ex^a não acha que nós poderíamos, primeiro, saber o que vai fazer o Ministro da Ciência e Tecnologia para, depois, saber o que vai ser feito na área da comunicação?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Pois não, Senador. Eu queria só ponderar aos nobres Senadores aqui presentes que os meios de comunicação são tão importantes quanto a ciência e tecnologia, tanto que acabamos de definir um processo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Por favor. Eu sei, eu sei. Por favor, eu gostaria só de ponderar, meu nobre Senador Walter, que é o nosso professor da área de comunicação, que é tão importante quanto.

Portanto, nobre Presidente, a minha sugestão é a seguinte: fazemos a audiência dos meios científicos e, depois, fazemos a audiência dos meios de comunicação, para a qual proponho convidar - já estou redigindo um requerimento - o SindiTelebrasil, a Anatel, o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e a Abratel, porque nós acabamos de definir uma questão para o Brasil pressionada pelos meios de

comunicação, porque quem definiu muito mais foram os meios de comunicação, até a posição do povo brasileiro, do que, propriamente, a situação vigente. Então, as comunicações são fundamentais.

E acho que, se o Ministro Kassab, que é um engenheiro da área de transportes, estivesse nos transportes, estaria muito bem colocado, mas ele foi para os meios de comunicação, algo fundamental para a universalização da internet, para a abertura dos meios de comunicação.

Eu sei que é muito sacal para nós aqui aprovarmos as rádios comunitárias, mas, talvez, se nós tivéssemos um critério melhor para discutir e liberar essas rádios, nós estaríamos fazendo nosso trabalho de uma forma mais precisa. Talvez seja preciso mudar isso, porque elas são fundamentais na comunicação do interior deste País.

Então, a minha sugestão é ouvir os meios científicos, os ouvir os meios de comunicação e, depois, ouvir o Ministro, para vermos as duas áreas em igualdade de condição, já que esta Comissão visa discutir os dois assuntos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Nós estamos com quórum para deliberar - é não terminativo -, mas vamos fazer o seguinte: vamos ouvir... Em seguida, nós teremos aqui o requerimento. A questão se coloca nos seguintes termos: vamos ouvir primeiro as entidades científicas e tecnológicas.

Agora, a proposta do Senador Hélio José é de, antes de trazer o Ministro, trazer a comunicação. Eu acho que é aí que há um pequeno impasse. Então, eu quero perguntar a cada um dos senhores.

Senador Jorge Viana, a sua proposta é trazer primeiro as entidades científicas, as quatro entidades já nominadas aqui, depois, na segunda etapa, ouvir o Ministro e, por fim, na terceira etapa, ouvir a comunicação. Seria isso?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Eu gostaria de concordar com as ponderações de V. Ex^a e fazer o pedido para que o colega Hélio José possa compreender o momento que nós estamos vivendo. Nós estamos aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia, todas as ponderações do colega Walter, do Senador Aloysio, do Senador Cristovam e do próprio Senador Hélio José seguiram uma manifestação, que foi a manifestada por V. Ex^a já na abertura dos trabalhos... Eu não estava aqui, mas pude acompanhar.

Nós estamos chegando a um bom termo, que V. Ex^a, inclusive, ajustou adequadamente. Temos o risco de mistura, de fusão de dois ministérios que tem grande importância nos tempos atuais. E nós estamos ponderando de fazer um debate aqui. O meu requerimento está pronto. Eu tenho certeza de que tem a assinatura dos colegas também, que podem ficar. Ele propõe cumprir o calendário que V. Ex^a falou: convidar a comunidade científica, quatro entidades, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior, que o Senador Cristovam sugeriu, trazer o Conselho Nacional das Fundações Estaduais, uma entidade muito ativa que nos ajudou no marco regulatório, a Academia Brasileira de Ciência e a SBPC.

Com isso, nós teríamos realmente uma representação bastante significativa e um debate possível aqui para, inclusive, o Ministro tomar conhecimento e, quando vier, já estar preparado. Estamos tendo um gesto respeitoso com o Ministro Kassab, para ele vir fazer um debate.

Eu acho que seria muito importante, com todo o respeito, que, tão somente nesse caso, nós fizéssemos a antecipação. No outro, a terceira audiência seria para tratar das comunicações, como propõe o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Esse é o seu voto. Muito bem.

Qual é o voto do Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Sr. Presidente, eu...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Eu gostaria da verificação de quórum e gostaria de discutir essa questão de uma forma mais precisa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Senador Hélio José, eu quero que V. Ex^a...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Eu não concordo...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Escute-me, por gentileza. Só um minuto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - A grande preocupação, candente preocupação, do Brasil é com relação à ciência e tecnologia.

Senador Hélio José, o nosso setor de comunicação não tem dado maiores discussões, não tem dado maior problema aqui. Agora, ciência e tecnologia, sim, porque a área de ciência e tecnologia não tem recebido seus recursos, é uma área que tem recebido ministros que não são os mais apropriados para o setor, ouviu, Senador Hélio José?

Por isso, eu gostaria da compreensão de V. Ex^a, que é o Vice-Presidente da Comissão e que é um Senador sempre presente aqui.

A nossa preocupação, repito, é com a área da ciência e tecnologia, que tem sido objeto de desprezo há muito tempo. E agora provocou um alarma geral, porque vem para cá um Ministro que não sabemos se entende do ramo. E nos causa uma grande insatisfação aqui o fato de que as verbas não vão para o Ministério para as pesquisas.

Então, esses são itens prioritários, urgentes. Por isso, eu gostaria da compreensão de V. Ex^a para, primeiro, fazermos esse debate. Aquele outro que não tem causado problemas, que é o da comunicação, deixaríamos para um pouquinho mais adiante.

Essa é a proposta. Se houver a concordância de V. Ex^a, acho que estamos todos conversados.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Acho que podemos chegar a um consenso, nobre Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins. Eu só quero deixar consignado que os meios de comunicação são tão importantes quanto.

Eu concordo que o primeiro debate seja o de ciência e tecnologia, sem dúvida, até por causa dessa preocupação que o senhor e os nobres colegas colocam. O que eu gostaria de ponderar é que o Ministro é Ministro de ciência, tecnologia, inovação e telecomunicação. Como ele vai precisar responder às duas questões aqui, como vai mostrar seu plano de trabalho em relação às duas questões, a única questão que estou solicitando é que, primeiro, ouçamos a área de ciência e tecnologia, depois, a das comunicações e, em seguida, o Ministro, até para que as comunicações não fiquem subjugadas a um terceiro plano.

Acho que a minha ponderação é bastante razoável e uma deferência ao Idec, ao SindiTeleBrasil, ao Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação e à Anatel, porque, queiram ou não, eu estou aqui, inclusive, propondo a CPI da Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Muito bem. Eu entendi bem. Agora, eu tenho a impressão, Senador, antes de passar a palavra para o Senador Aloysio, que, como o Ministro Kassab agora será Ministro de dois Ministérios, ele aceitará vir aqui, em um primeiro momento, para responder só sobre ciência e tecnologia e será convidado para vir em outro momento para responder só sobre comunicação. Nós vamos propor isso a ele aqui, e acho que ele vai aceitar.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Sr. Presidente, eu não tenho dúvida de que o Ministro Kassab aceitará este duplo convite, uma vez para tratar de ciência e tecnologia e outra, para tratar de comunicação.

O Ministro Kassab, para quem não o conhece, é um político de larga experiência. Ele foi Vereador em São Paulo, foi Deputado Estadual, Deputado Federal, foi Prefeito da capital, foi reeleito Prefeito da capital, foi Ministro no governo anterior, é formado por duas das melhores escolas de São Paulo: uma é a Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo e a outra não nada mais, nada menos que a Escola Politécnica de São Paulo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Então, é uma pessoa que tem aptidão política e uma formação cultural sólida que o habilita a exercer essa função.

De modo que concordo com essa proposta.

Quero também aproveitar a ocasião para pedir desculpa ao Senador Jorge Viana, pela nossa troca de farpas políticas. Acabei magoando um colega que eu admiro e estimo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Bonito gesto.

Meus cumprimentos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Espero que não fique nenhuma cicatriz.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Os senhores são Senadores de alto nível, de uma elegância magistral.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Nobre Senador, eu gostaria de protocolar aqui o mesmo ofício das comunicações e de dizer que concordo com a ponderação de V. Ex^a. A gente faz ciência e tecnologia, faz toda a conversa, depois o Ministro, depois telecomunicações e depois o Ministro.

Eu quero apresentar aqui o ofício do convite ao Ministro e dos meios de comunicação, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

Meus cumprimentos por sua compreensão, ponderação.

Senador Cristovam, já vou submeter o seu voto.

Já tenho em mãos o requerimento, assinado pelos Senadores presentes, propondo a vinda de representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, da Academia Brasileira de Ciências - ABC, do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa - Confap, e da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes para o tema "Balanço e Prioridades para a Nova Gestão da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Então, Senador Cristovam, como é o seu voto?

Receberíamos aqui essas quatro autoridades, numa audiência preferencial, e, depois, traríamos o Ministro.

Qual é o seu voto?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Acompanho o Relator.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Todos acompanhamos o Relator.

Há consenso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - O Senador Walter também?

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Em gênero, número e grau.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Tem o meu completo apoio também.

Então, está decidido.

Vamos, o mais rapidamente possível, trazer aqui essas quatro entidades. O bom seria se viessem os presidentes. Vamos ver se trazemos os presidentes, a entidade máxima. Por que acho que virão? Porque essa matéria está agitando os meios científicos e, certamente...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - V. Ex^a já marcaria para a próxima terça?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Se der...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Então, vai ser na outra. Na próxima terça, teremos a política pública, que já está marcada, com convidados. Então, daqui a duas reuniões teremos esse debate.

Temos aqui, também, o requerimento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Pois é, não sei se podemos.

V. Ex^a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Então, vamos fazer isso. Eu concordo inteiramente. Esse assunto é tão candente quem tem preferência. Fica lá para adiante, porque isso aqui tem preferência. A preocupação é muito grande, e eu, como Presidente desta Comissão, estou muito preocupado, porque a nossa Comissão, até hoje, tem sido muito teórica. Ela precisa ser prática. Então, vamos marcar as entidades para terça-feira.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Sr. Presidente, eu só queira registrar a retirada da verificação do pedido de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Obrigado.

V. Ex^a está muito compreensivo hoje.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Sim, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) - Como V. Ex^a sabe, eu sou o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Que, pelo que está sendo noticiado, vai dar muito o que falar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) - (...) ... pudesse relatar o item 9.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Só, rapidamente, faremos a votação do requerimento do Senador Hélio José, que foi muito compreensivo com a nossa alteração.

O Senador Hélio José está requerendo convite para os representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, da Agência Nacional de Telecomunicações, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, do SindiTelebrasil e da Abratel.

É um número elevado, mas vamos fazer.

EXTRAPAUTA

ITEM 41

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 21, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater a fusão do Ministério das Comunicações com o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, a partir da ótica das Comunicações. Para tanto devem ser convidados representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Agência Nacional de Telecomunicações, Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações, SindiTelebrasil e Abratel.

Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros

Está em votação o requerimento do Senador Hélio José.

Se todos concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A pedido do Senador Aloysio Nunes Ferreira, vamos ao item 9, que diz respeito... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Onde está o item 9? (*Pausa.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Se V. Ex^a me permite, eu o tenho em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - É o PDS nº 454.

V. Ex^a pode nos colocar a par dele, porque, com essa movimentação toda de agora, pela manhã, nós já perdemos de vista o nosso papel.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 454, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orlandia, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Sr. Presidente, esse Projeto de Decreto Legislativo aprova o ato que outorga permissão à Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orlandia, Estado de São Paulo.

Há um imbróglio em torno dessa questão, porque esta Comissão, no dia 5 de maio de 2015, deliberou por sobrestar a tramitação da matéria e indagar ao Ministro de Estado das Comunicações, por meio de um requerimento aprovado nesta Comissão, que providências estariam sendo tomadas em razão de algumas irregularidades que foram apontadas durante a tramitação deste projeto de resolução ainda na Câmara dos Deputados.

A denúncia a que me refiro parte da alegação de que a outorgada teve o seu contrato social e diretivo alterado sem o conhecimento do Ministério das Comunicações durante o processo licitatório.

Além disso, há a informação de que uma das sócias, a Sr^a Simone Oliveira de Albuquerque, seria servidora pública federal, o que contraria a legislação vigente.

Essa denúncia foi considerada insubsistente, segundo nota informativa que nos foi expedida pelo Departamento de Outorgas do Ministério. Foi considerada insubsistente, em primeiro lugar, porque o Ministério da Saúde, órgão de origem da servidora, entendeu que não houve infração à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações afirmou que a alteração contratual realizada não resultou em transferência do controle da sociedade, o que dispensaria a expedição de comunicação ao Ministério e, portanto, afastaria a ilegalidade. Diante disso, nós tínhamos todas as condições de aprovar o Projeto de Decreto Legislativo.

Ocorre, porém, que, a nossa assessoria detectou que a outorgada apresentou um pedido de desistência da homologação do certame, o que foi devidamente acatado pelo Ministério das Comunicações. Falo do pedido da desistência da Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda.

Então, o Ministério das Comunicações, diante disso, deveria ter tornado sem efeito a portaria que outorgou a permissão à empresa Sinal Brasileiro de Comunicação.

No entanto, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 140, de abril de 2013, submeteu o referido ato de outorga, que deveria ter tido seus efeitos sustados, à apreciação do Congresso, dando ensejo, então, ao PDS que nós estamos examinando.

Então, nós precisamos esclarecer a quantas anda essa questão, qual a razão desse imbróglio.

Nesse sentido, eu proponho que se mantenha o sobrestamento do trâmite da matéria e a expedição de um novo requerimento de informações para saber qual a situação da outorga que foi concedida inicialmente a essa empresa Sinal Brasileiro de Comunicação em face da anulação da homologação da concorrência e, portanto, da adjudicação.

Então, há um requerimento de informações que visa a esclarecer essa informação.

Proponho, portanto, que seja mantido o sobrestamento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Muito bem, Senador Aloysio.

Então, em discussão o voto de sobrestamento e esse requerimento do Senador Aloysio com relação à permissão para a Sinal Brasileiro de Comunicação Ltda. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Permaneçam como estão aqueles que concordam. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Sr. Presidente, pelos mesmos motivos do Senador Aloysio, eu tenho um compromisso e gostaria, se fosse possível, de iniciarmos os itens 21 e 22, da minha relatoria, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - São terminativo e não há quórum.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Ah, não há quórum? Então está bem. São de rádio também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Então vamos ao item 10, que é nos mesmos termos deste recém-relatado pelo Senador Aloysio, mas que tem como Relator o Senador Cristovam.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 103, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SOM DAS TERMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Sr. Presidente, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, cabe a nós tomar a decisão.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços orienta-se, nesta Casa, pelas formalidades.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 103, de 2015, evidenciou a ausência de elementos relevantes a sua avaliação, notadamente de partes do parecer da Advocacia-Geral da União.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS evidenciou a ausência de elementos relevantes a sua avaliação, opinamos pela aprovação de requerimento de informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações que venham a preencher essas ausências.

Leio o requerimento, Sr. Presidente:

Requeiro seja solicitada ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações cópia integral do Parecer nº 0620/2013/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica da Advocacia-Geral da União junto ao Ministério das Comunicações, relativo ao Processo nº 53000.056.1532011-39, a fim de instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2015 (nº 1.605, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SOM DAS TERMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Esse é o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que é pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Walter Pinheiro, o item 11 é rigorosamente igual. Mudam os nomes. Esse diz respeito à Rádio Imprensa S/A, da cidade do Rio de Janeiro.

Peço a V. Ex^a, Senador Walter Pinheiro, que seja o Relator *ad hoc*.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 254, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IMPRENSA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Sr. Presidente, na realidade, o nobre Relator, que foi Senador Marcelo Crivella, expressa aqui sua posição sobre o fundamento legal do pedido de renovação de permissão, apresentado

intempestivamente pelo interessado, após o vencimento da outorga, processo admitido... Portanto, houve aqui, segundo o próprio relato do Senador Marcelo Crivella, algum tipo de apuração em relação à denúncia de arrendamento da outorga. Portanto, houve esses questionamentos. Nesse sentido, opto por seguir o relatório do Senador Marcelo Crivella, atendendo ao apelo de V. Ex^a. Somos, então, pelo sobrestamento da tramitação e pelo encaminhamento ao Ministério das Comunicações, agora Ministério das Comunicações e, lá no cantinho, da Ciência de Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Não é isso que queremos, Senador. Queremos virar esse jogo.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Isso, queremos o contrário: Ministério da Ciência de Tecnologia e, como desdobramento, das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Exatamente. Essa é a nossa preocupação, motivo da longa discussão de hoje, de boas conclusões, para a qual vamos trazer aqui as entidades científicas e, depois, o Ministro, envidando todos os esforços para que essas entidades científicas estejam aqui na próxima terça-feira.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - O.K.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Em discussão o parecer do Relator *ad hoc*, Senador Walter Pinheiro, pela aprovação do requerimento de busca de informações do Ministério das Comunicações. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das Reuniões dos dias 3 de maio, 13^a Reunião, e 10 de maio, 14^a Reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Sr. Presidente, só uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Sim, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Os projetos terminativos aqui nós já... Não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Na próxima reunião.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Sim, mas já foram relatados?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Não.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Uma coisa que nós poderíamos fazer, até para adiantamento processual, seria pelo menos deixá-los aqui, numa linguagem muito comum do plenário... Senador Cristovam, era muito comum, na Câmara dos Deputados, os Deputados darem como lidos seus pronunciamentos.

Nesse caso, a leitura seria importante porque todas as vezes, aqui, para conseguirmos o quórum para uma matéria terminativa, é um parto. Quando alguém chega, até concluir todas as leituras, o sujeito já saltou fora, como se diz na roça.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - São muitos projetos de rádio. V. Ex^a seria nomeado Relator *ad hoc*. Para votá-los na semana que vem, se V. Ex^a não estiver presente, seriam relatados *ad hoc* também. Podemos contar com sua presença na próxima reunião?

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Pode. Eu disse isso apenas para economia processual.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Mas temos audiência pública.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Porque, às vezes, quando a gente bota o número aqui... É muito comum isso que fazemos... Na próxima reunião, como teremos audiência... Com o Ministro aqui, o quórum é até alto.

Mas V. Ex^a pode deixar para a próxima reunião. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Então, V. Ex^a tem a palavra.

São os itens 12 a 38. Há três do Senador Cristovam, o 14, o 15 e o 16. Depois, há três meus também, o 25, o 26 e o 27. Então, V. Ex^a pode ler o 12 e o 13.

Todos têm o mesmo sentido. Então, só citaria o nome das rádios, porque há muita gente nos acompanhando pelo Brasil afora que sabe que seus...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Então, a partir do item 12?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - No caso do item 12, qual seria a rádio? E o Senador Cristovam já pode se preparar para os itens 14, 15 e 16.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Acho que o item 12 é do Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - O item 12 já foi lido.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - O item 11 foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - O item 12 foi lido na reunião passada. Apenas o item 13.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - O item 12 o Senador Aloysio já leu.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Isso. O item 13 é da Senadora Angela Portela.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 373, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MENINA DO PARANÁ Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Parecer favorável da Senadora Angela Portela ao PDS 373, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Menina do Paraná Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.

Portanto, opino pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Está bem.

Os itens 14, 15 e 16 têm relatoria do Senador Cristovam.

Os nomes das rádios e se é pela aprovação ou não.

Item 14.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MARAVILHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Trata-se da Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Maravilhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 97, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos, opinamos pela aprovação do ato.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Está bem.

Esse, então, foi o item 14.

Item 15.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à GONÇALVES COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2015 (nº 1.546, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Gonçalves Comunicações Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - O item 16...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - ... não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão a Gonçalves Comunicações Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

Senador, V. Exª é Relator também do item 16.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL MORRO BRANCO - ACRMB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Grande, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2015 (nº 1.554, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Morro Branco para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ilha Grande, Estado do Piauí.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 99, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Morro Branco.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

Obrigado, Senador Cristovam.

O item 17 já foi lido e tem vista dada ao Senador Eduardo Amorim.

Vamos para o item 18, que tem como Relator o Senador Eduardo Amorim, mas que terá a relatoria do Senador Walter.

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 153, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO VALE DO SUCURIÚ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2015, que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Rádio e Televisão Vale do Sucuriú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nioaque, Estado do Mato Grosso do Sul.

Pela aprovação do item 18.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Vamos ao item 19.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 311, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipojuca para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

Somos pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Item 20.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 354, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável de Tailândia para executar serviço de radiodifusão comunitária, cidade de Tailândia, Estado do Pará.

O relatório é do Senador Flexa Ribeiro.

Nós somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Item 21.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 276, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2015, que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais.

Relator o Senador Hélio José.

Como Relator *ad hoc*, aprovo o relatório do Senador Hélio José.

Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Item 22, também de relatoria do Senador Hélio José.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 280, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO ATIVA COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2015, que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Ativa Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Item 23, do Senador José Agripino.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 269, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA POÇO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Poço Cerrado para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Item 24, do Senador José Medeiros.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 234, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Estreito para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Senador, quero abrir mão da formalidade de ser substituído e lhe pedir que, como Relator *ad hoc*, relate meus três projetos, constantes dos itens 25, 26 e 27.

Item 25.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 224, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE GLÓRIA IN EXCELSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Beneficente Glória in Excelsis para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Portanto, agora o cadeado está aberto.

V. Exª é pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - É um Município que conheço. Fica próximo de Cruz Alta.

Muito bem.

Item 26.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 240, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPREENDEDORES IGUAÇUENSES DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Jovens Empreendedores Iguaçuenses de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Item 27.

ITEM 27**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 242, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 104 LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2015, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 104 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Senador Walter, agora três projetos de relatoria do Senador Marcelo Crivella.

Item 28.

ITEM 28**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 171, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA BETEL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Betel FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Senador Marcelo Crivella opinou pela aprovação, e nós assinamos embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Item 29, também do Rio.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 193, de 2015**- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE CACHOEIRAS DE MACACU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Cultura FM de Cachoeiras de Macacu para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

Também aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Item 30.

ITEM 30**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 253, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA TEREZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária do Bairro Santa Tereza para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

O item 31, Senador Walter Pinheiro, é da relatoria do Senador Roberto Rocha. É uma rádio de Goiás.

ITEM 31**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 332, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO SERRA VERDE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Serra Verde FM para executar serviço de radiodifusão comunitária, cidade de Rio Quente, Estado de Goiás.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Dois, agora, da Senadora Rose de Freitas, que desejamos que já esteja com a saúde perfeitamente recuperada.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Restabelecida.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Já está bem restabelecida.

Ela tem dois projetos de renovação de licença do Estado do Espírito Santo.

Item 32.

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 46, de 2014

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº

46, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Amigos e Colaboradores do Parque para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Item 33.

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 108, de 2014

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2014, que aprova o ato que outorga permissão à Comunicações Alterosas - Rio Doce Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - O 34 vem de Minas Gerais e tem a relatoria do Senador Sérgio Petecão.

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 321, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA CIDADE DE LUISLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Cidade de Luislândia para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Está bem.

Agora, dois do Senador Valdir Raupp, o 35 e o 36.

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 114, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA CULTURAL E BENEFICENTE GIDEÕES DO CANAÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa Cultural e Beneficente Gideões do Canaã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Item 36.

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 369, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERRANENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2015 (nº 1.140, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação

Comunitária Serranense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Com o PDS 37 o senhor está em casa: vem da Bahia, e o senhor é o Relator.

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 362, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MISSÃO DE ARICOBÉ - ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Missão de Aricobé - ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.

Pela aprovação.

Relator o Senador Zeze Perrella.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Zeze Perrella é o Relator do item 38.

ITEM 38**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 117, de 2015****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) - Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rio Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Perfeito.

Foram lidos cerca de 20 projetos de outorga de emissoras de rádio. Foi boa a sua proposta, Senador Walter Pinheiro, porque na próxima sessão nós já poderemos votar a aprovação.

Estamos chegando ao final.

Informamos ao nobre Senador José Agripino, depois de muita discussão, sobre a fusão da ciência e tecnologia com a comunicação, que decidimos que, na próxima terça-feira, teremos aqui as entidades científicas, as comunidades científicas. Quatro entidades virão aqui para apresentar suas preocupações sobre o que vai fazer o Ministro Kassab com relação a prioridades para a recuperação desse setor, que tem sido alvo de tanto descaso no Ministério da Ciência e Tecnologia, que agora se funde ao Ministério das Comunicações. Depois dessa próxima sessão, nós traremos aqui o Ministro - já houve requerimento, que foi aprovado, para isto - para nos dizer o que vai fazer nesse Ministério que tanto nos preocupa.

Só para ciência de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) - Obrigado, Presidente.

Eu acompanhei, pela Rádio Senado, as discussões que V. Ex^a levou a efeito e acho que elas foram muito bem conduzidas.

Nada mais importante do que, primeiro de tudo, ouvir. É preciso ouvir o que têm a dizer as entidades que tratam de ciência e tecnologia, que merecem todo o respeito do País, até porque respondem pelo futuro tecnológico *made in Brazil*. É importante saber o que eles acham da fusão da ciência e tecnologia com comunicações, o que acham e que sugestões têm. Mais importante do que o que eles acham são as sugestões que eles têm.

Em seguida, chamar - é nosso papel, como legisladores, e V. Ex^a toma a iniciativa, muito apropriada - o Ministro Gilberto Kassab para transmitir a ele e levar o aconselhamento, para que a gente possa fazer aquilo que nos compete. É o casamento de interesses. Ninguém está aqui para contestar no sentido destrutivo. Nós estamos aqui para tentar conciliar interesses e tocar o País para frente.

Então, eu quero cumprimentar os membros da Comissão e V. Ex^a pelas iniciativas que julgo absolutamente meritórias e procedentes no tempo e nas circunstâncias.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Muito bem.

Em conclusão, Senadores Agripino e Cristovam, pouco a pouco, nós vamos fechando aquele nosso propósito de levantar a realidade da investigação tecnológica, porque já tivemos aqui, há poucos dias, a representante do Ipea, representante do TCU e ficamos muito preocupados com os depoimentos negativos com relação ao andamento das verbas dos fundos setoriais que não chegam à pesquisa tecnológica e científica. Agora temos a mudança de ministro, queremos ver o que ele vai fazer e vamos cobrar muito, nós queremos, nesta Comissão, sempre com respaldo, com a orientação de V. Ex^{as}, levar o tema ao plenário, levar o tema para a imprensa, exigir aquilo que é fundamental para o desenvolvimento do Brasil, que é respeitar a investigação tecnológica e científica. E esses dois próximos passos serão muito importantes para o nosso conhecimento - o que pretende o Ministro - e depois consolidarmos a nossa política preferencial de avaliação neste ano, que é a política de ciência e tecnologia.

Muito obrigado por sua presença.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - V. Ex^a, Senador Cristovam, poderia nos ajudar no item 3, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que está na página 51? Já poderíamos deliberar hoje.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - V. Ex^a atua como Relator *ad hoc*, substituindo o Senador Eduardo Amorim.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- 1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto;
- 2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa;
- 3) A matéria constou na pauta da reunião do dia 10/05/2016.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2015, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas.

O Relator é o Senador Eduardo Amorim. Tenho o prazer de fazer o relatório, até porque creio que eu que pedi para este projeto vir à Comissão de Ciência e Tecnologia.

A proposição foi distribuída, inicialmente, às Comissões de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.

No entanto, por força da aprovação, em 18 de junho de 2015, de um requerimento de minha autoria, a matéria veio ser analisada também por esta Comissão.

Cabe destacar que compete a esta Comissão opinar sobre desenvolvimento científico e tecnológico, o que tem tudo a ver com o objetivo deste projeto.

Cabe, também, asseverar que a proposição atende a todos os atributos exigidos pela boa técnica legislativa em consonância com os ditames da lei.

No mérito, entendemos que o PLS nº 259, de 2015, está alinhado com os ditames da Política Nacional de Saneamento Básico e busca garantir a regularidade do abastecimento de água, por meio de introdução de tecnologia que contemple as peculiaridades regionais, sobretudo aquelas existentes na Região Nordeste.

Nesse contexto, o fomento da adoção de tecnologias que possibilitem a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas para o abastecimento da população se coaduna plenamente com uma ação estratégica para gestão de água no País e pode representar um avanço significativo no desenvolvimento tecnológico.

A inclusão, entre as diretrizes e os objetivos da Política Federal de Saneamento Básico, do incentivo à dessalinização de água do mar e das águas salobras subterrâneas, como pretende o projeto, é medida compatível com a demanda de combater a escassez de água em certas regiões do País, especialmente Norte e Nordeste.

Portanto, em face de a distribuição da água doce disponível no Território brasileiro ser extremamente desigual, como já analisado preteritamente, a criação de um mecanismo adicional de produção de água a partir da dessalinização pode auxiliar no gerenciamento hídrico no Nordeste. O caso da Região Nordeste, onde a disponibilidade relativa da água para a população é cerca de 90 vezes menor que a disponibilidade da Região Hidrográfica Amazônica, mostra a pertinência e relevância do projeto do Senador Eunício.

Considerando, adicionalmente, o crescimento da população no Brasil e no mundo, a necessidade de se enfrentar os efeitos das mudanças climáticas e a demanda por mecanismos mais eficazes para se lidar com a crise hídrica no País e no mundo, a dessalinização pode representar uma mudança estrutural e provocar uma quebra de paradigma na política tecnológica brasileira.

É por tudo isso, Senador, que com muita satisfação voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2015, na forma proposta pelo Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) - Muito bom. Esse é um projeto muito mais importante do que parece, que é a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas. Nós já comentamos aqui, em outro dia, que essa dessalinização já existe em algumas partes do mundo, como Barcelona e Dubai. Tive a oportunidade de ir lá verificar pessoalmente. A água dessalinizada é usada para sanitários, para lavar a louça, para lavar roupa, etc., só não para beber.

Aqui no Brasil, para quem não sabe ainda - acho que sabem -, já há um trabalho da Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba, que está já procedendo o abastecimento de água dessalinizada em Fernando de Noronha.

Em discussão, para quem quiser discutir esse tema da dessalinização da água do mar. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem concorda permaneça como está. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria, que passa a constituir o parecer da CCT favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Como já houve aprovação da ata, e hoje ela foi bastante extensa - três horas de reunião -, agradecemos a presença dos senhores e os convidamos para que se façam presentes na próxima terça-feira, quando pretendemos, na audiência pública, ter aqui os representantes da comunidade científica para nos prepararmos, com eles, para os questionamentos ao novo Ministro da Ciência e Tecnologia, na reunião subsequente.

Muito obrigado aos senhores.

Está encerrada a reunião de hoje.

(Iniciada às 8 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)

(Em execução.)